



Prefeitura do Município
Santa Izabel do Oeste

CNPJ: 76.205.715/0001-42

Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro CEP: 85650-000
Santa Izabel do Oeste / Paraná - E-mail: prefeitura@sio.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE
SANTA IZABEL DO OESTE

EDITAL DE PREGÃO

ELETRÔNICO Nº 90029/2026

UASG 987851

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2026

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, equipamentos e periféricos de informática, destinados à manutenção das atividades das Secretarias Municipais de Santa Izabel do Oeste/PR

Data: 18/06/2026, às 08:30 (horário de Brasília)

Ata de Registro de Preços com vigência de 12 meses

Critério de julgamento: Menor preço por Item

Valor: R\$ 1.009.098,61 (um milhão, nove mil, noventa e oito reais e sessenta e um centavo).

Modelo de disputa: Aberto e fechado

Local: www.gov.br/compras



Prefeitura do Município
Santa Izabel do Oeste

CNPJ: 76.205.715/0001-42

Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro CEP: 85650-000
Santa Izabel do Oeste / Paraná - E-mail: prefeitura@sio.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE
SANTA IZABEL DO OESTE

O **MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE**, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob nº 76.205.715/0001-42, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, com sede na Rua Canela, esquina com a Rua Angico, nº 731, Centro, Santa Izabel do Oeste/PR, torna pública a realização de procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, **objetivando o registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, equipamentos e periféricos de informática e comunicação, bem como equipamentos destinados ao Setor de Identificação Civil, para atendimento das necessidades das Secretarias Municipais de Santa Izabel do Oeste/PR, pelo período de 12 (doze) meses, com recursos próprios, estaduais e federais.**

AMPLA CONCORRENCIA

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

18 de junho de 2026, às 08:30h

UASG: 987851 – PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE /PR

Local da Sessão Pública: <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-area-trabalho-web/seguro/governo/area-trabalho> “Acesso Identificado”

O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, e nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

Este procedimento será conduzido pela servidora Clenir Teixeira ou, em sua eventual ausência devidamente justificada, por algum membro da equipe de apoio, conforme designação da Portaria nº 15.885/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná Edição.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste PREGÃO o “**Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais e equipamentos de informática, comunicação, bem como fornecimento de equipamentos destinados ao setor de identificação civil, para atender às necessidades de todas as Secretarias Municipais de Santa Izabel do Oeste/PR, pelo período de 12 (doze) meses, com Recursos Próprios, Estaduais e Federais**”.

1.2. A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá no dia **18 de junho de 2026, às 08:30h**, no site www.comprasgovernamentais.gov.br, nos termos das condições descritas neste Edital.



Prefeitura do Município
Santa Izabel do Oeste

CNPJ: 76.205.715/0001-42

Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro CEP: 85650-000
Santa Izabel do Oeste / Paraná - E-mail: prefeitura@sio.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE
SANTA IZABEL DO OESTE

1.3. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.4. Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: www.comprasgovernamentais.gov.br e <https://santaizabeldooeste.atende.net/cidadao>.

1.5. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descrito no Compras Governamentais e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as descrições do Edital/Termo de Referência.

1.6. Em virtude de questões operacionais, o presente procedimento será cadastrado no Sistema ComprasGov com o número 90029/2026.

1.7. As questões estritamente técnicas referentes ao objeto licitado serão prestadas pela Secretaria Municipal de Administração, telefone nº (46) 98832-6417.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões, são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

3.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as especificações técnicas constantes do **Anexo I** e demais condições definidas neste Edital.

3.2. Será utilizado o modo de disputa **“ABERTO E FECHADO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

4.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.3. As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao pregoeiro e protocolizadas em dias úteis, das 08h00 às 17h00, na Rua Canela esquina com a Rua Angico, nº 731, Setor de Protocolo, Centro, Santa Izabel do Oeste, ou encaminhadas através de e-mail no endereço eletrônico: licitacao@sio.pr.gov.br.

4.4. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.



4.5. O pregoeiro deverá decidir sobre a impugnação antes da abertura do certame.

4.5.1. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização deste PREGÃO.

4.6. A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

4.7. Os pedidos de **esclarecimentos** referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até 03 (três) dias úteis anteriores** à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, endereçados exclusivamente ao e-mail **licitacao@sio.pr.gov.br**.

4.7.1. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

4.8. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.8.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

4.9. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, quando for o caso de alteração da proposta do edital.

5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

5.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo



proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

5.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.6. Os itens foram distribuídos conforme Lei complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, art. 48, nas cotas conforme nomenclatura seguinte:

5.6.1. Exclusiva” – Lote/itens abertos para a participação EXCLUSIVA de “Microempresa – ME” ou “Empresa de Pequeno Porte – EPP”, e que atuem no ramo de atividade referente ao objeto licitado, conforme determina o artigo 48 da Lei Complementar nº 147/2014.

5.6.2. Cota Principal” (Ampla concorrência) – Lote/itens abertos para a participação de todos os interessados, inclusive os que se enquadrem na condição de “Microempresa – ME” ou “Empresa de Pequeno Porte – EPP” e que atuem no ramo de atividade referente ao objeto licitado.

5.6.3. Cota Reservada” – Lote/itens constituídos por até 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo do respectivo objeto, estão abertos para a participação exclusiva de “Microempresa – ME” ou “Empresa de Pequeno Porte – EPP”, sem prejuízo de sua participação nos lotes da cota principal, e que atuem no ramo de atividade referente ao objeto licitado, conforme determina o artigo 48 da Lei Complementar nº 147/2014.

5.6.4. Na hipótese de uma Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) sagrar-se vencedora da Cota Principal e da Cota Reservada para o mesmo item, será registrado para ambas as cotas apenas o preço menor, ou seja, é expressamente vedado que o fornecedor pratique preços distintos para o mesmo item (**Aplica-se caso o edital possua Cota Principal e Cota Reservada**).

5.6.5. Caso não haja licitantes interessados no lote reservado para ME/EPP, o licitante vencedor da cota principal fica obrigado a fornecer/executar os itens referentes a cota reservada pelo mesmo valor oferecido na cota principal (**Aplica-se caso o edital possua Cota Principal e Cota Reservada**).



- 5.7.** Não poderão disputar esta licitação:
- 5.7.1.**aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 5.7.2.**autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 5.7.3.**empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre fornecimento de bens a ela necessários;
 - 5.7.4.**pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 5.7.5.**aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 5.7.6.**empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 5.7.7.**pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 5.7.8.**agente público do órgão ou entidade licitante;
 - 5.7.9.**pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
 - 5.7.10.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
 - 5.7.11.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.8.** O impedimento de que trata o item 5.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



5.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.7.2 e 5.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

5.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.11. O disposto nos itens 5.7.2 e 5.7.3 não impede a licitação que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

5.13. A vedação de que trata o item 5.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

6. DO CREDENCIAMENTO NO SICAF

6.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

6.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

6.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.4.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Na presente licitação, a fase de habilitação **sucedará** as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

7.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

7.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

7.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

7.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

7.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

7.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

7.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 7.3 ou 7.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

7.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



7.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

7.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

7.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

7.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

7.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

7.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

7.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

7.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

7.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 7.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

7.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

8.1.1. Preços unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;



Prefeitura do Município
Santa Izabel do Oeste

CNPJ: 76.205.715/0001-42

Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro CEP: 85650-000
Santa Izabel do Oeste / Paraná - E-mail: prefeitura@sio.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE
SANTA IZABEL DO OESTE

- 8.1.2. Indicação/especificação do item e marca;
- 8.1.3. Fabricante;
- 8.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- 8.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 8.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 8.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 8.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 8.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o presente edital, o Termo de Referência e seus anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 8.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 (cento e vinte) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 8.9. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, tributos, fretes e carretos, inclusive ICMS e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens, de forma que o objeto do certame não tenha ônus para o Município de Santa Izabel do Oeste.
- 8.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 8.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e/ou Tribunal de Contas do Estado, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, sem prejuízo de outras penalizações cabíveis, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data de **xx de mês de 2026, às Xh.**

9.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

9.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

9.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.6. **O LANCE DEVERÁ SER OFERTADO PELO VALOR UNITÁRIO DO ITEM.**

9.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.8. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 0,01 (um centavo)**.

9.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

9.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

9.12. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

9.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente



Prefeitura do Município
Santa Izabel do Oeste

CNPJ: 76.205.715/0001-42

Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro CEP: 85650-000
Santa Izabel do Oeste / Paraná - E-mail: prefeitura@sio.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE
SANTA IZABEL DO OESTE

determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

- 9.12.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 9.12.3.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 9.12.4.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 9.12.5.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 9.13.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 9.14.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 9.15.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.16.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 9.17.** O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR ITEM** conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 9.18.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.
- 9.19.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).



- 9.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 9.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 9.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 9.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 9.19.5. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 9.19.6. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 9.19.7. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 9.19.8. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 9.19.9. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 9.19.10. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens produzidos ou prestados por:
 - 9.19.10.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - 9.19.10.2. empresas brasileiras;
 - 9.19.10.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;



9.19.10.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

9.19.11. No caso de persistir o empate, ainda após encerradas todas as hipóteses previstas nos itens anteriores, será realizado sorteio, conforme prevê o Decreto Estadual nº 10.086/2022.

9.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

9.21. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

9.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

9.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas úteis**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. **SOB PENA DE NÃO ACEITAÇÃO DA PROPOSTA.**

9.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante ou por e-mail, antes de findo o prazo.

9.21.6. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de cartilha, catálogos, folhetos, propostas ou amostras, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.22. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.



9.23. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DA FASE DE JULGAMENTO

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 4.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros ou ainda em outros que possam apontar impedimentos:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

10.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

10.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

10.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

10.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

10.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

10.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro



verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 5.5.1 e 5.5 deste edital.

10.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

10.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 10.7.1.** conter vícios insanáveis;
- 10.7.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no no edital, no Termo de Referência e anexos;
- 10.7.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 10.7.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 10.7.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

10.8. No caso de bens em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

- 10.8.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
 - 10.8.1.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 10.8.1.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

10.10. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobre-preço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

10.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

10.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

10.13. Caso o Edital ou o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la,



conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

10.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

10.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

10.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital ou no termo de referência, a proposta do licitante será recusada.

10.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no edital e no Termo de Referência.

10.18. Após a homologação, suspensão, revogação ou anulação do certame, o licitante terá 05 (cinco) dias úteis para retirar as amostras (exceto aquelas que seu uso é necessário para constatar a qualidade), independentemente se aceita ou rejeitada, no mesmo endereço onde foi entregue. Após esse prazo, não havendo retirada das amostras, as mesmas serão descartadas, sem ônus para a administração.

11. DAS AMOSTRAS, CATÁLOGOS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

11.1. A Administração poderá solicitar do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar a apresentação de catálogo técnico, folder, prospecto, ficha técnica, manual do fabricante, datasheet ou documentação técnica oficial equivalente, em língua portuguesa ou acompanhada de tradução simples, contendo informações suficientes para verificação da conformidade do produto ofertado com as especificações constantes no Termo de Referência e Edital.

11.2. A documentação técnica apresentada deverá permitir a identificação clara da marca, modelo e características técnicas do produto ofertado, sendo vedada a apresentação de documentos genéricos que impossibilitem a aferição objetiva da compatibilidade do item.

11.3. A análise da documentação técnica será realizada pela equipe técnica designada pela Administração Municipal, a qual poderá emitir parecer técnico conclusivo acerca do atendimento ou não das especificações exigidas.

11.4. Excepcionalmente, mediante justificativa técnica fundamentada, poderá ser exigida amostra física do produto ofertado, exclusivamente nos casos em que a análise da documentação técnica apresentada não seja suficiente para comprovação da compatibilidade, qualidade, desempenho ou atendimento às especificações mínimas exigidas no edital.



11.5. A solicitação de amostra física limitar-se-á aos itens de maior complexidade técnica, equipamentos especializados ou produtos cuja aferição adequada dependa de análise prática ou funcional, especialmente:

- I – computadores e notebooks;
- II – scanners;
- III – switches e equipamentos de rede;
- IV – projetores e equipamentos audiovisuais;
- V – televisores e monitores;
- VI – equipamentos destinados ao Setor de Identificação Civil;
- VII – outros itens tecnicamente justificados pela Administração.

11.6. A convocação para apresentação de amostra será realizada pelo Pregoeiro, mediante comunicação no sistema eletrônico, sendo concedido prazo razoável para entrega, conforme complexidade do item solicitado.

11.7. As amostras deverão estar devidamente identificadas com:

- I – razão social da licitante;
- II – número do pregão;
- III – identificação do item;
- IV – marca e modelo do produto.

11.8. As amostras poderão ser submetidas exclusivamente aos testes e verificações necessários para análise de compatibilidade técnica e funcionalidade do produto, sem gerar qualquer obrigação de contratação pela Administração.

11.9. Será rejeitada a proposta da licitante cujo produto:

- I – não atenda às especificações técnicas mínimas exigidas;
- II – apresente divergência entre a documentação técnica e o produto ofertado;
- III – não possua desempenho compatível com as exigências do Termo de Referência;
- IV – deixe de apresentar a documentação técnica ou amostra quando regularmente convocada.

11.10. Em caso de rejeição da documentação técnica ou da amostra apresentada, o Pregoeiro poderá convocar o licitante subsequente, observada a ordem de classificação.

11.11. A exigência de amostra física não será aplicada de forma indiscriminada, devendo observar os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, competitividade e economicidade, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.DA FASE DE HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos previstos, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.



12.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

12.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

12.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

12.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

12.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou cópia autenticada.

12.6. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

12.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

12.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

12.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

12.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

12.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).



12.10.2. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

12.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

12.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

12.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem neste Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

12.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

12.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, será admitida, expressamente e uma única vez, a complementação da documentação exigida no edital para habilitação no certame, **no prazo máximo e improrrogável de 30 (trinta) minutos**, quando no julgamento da proposta for constatada:

12.13.1. **A AUSÊNCIA DE PARTE DA DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA (acórdão 1.211/2021 Plenário).**

12.13.1.1. Neste caso, o pregoeiro comunicará o interessado, indicando qual o documento está ausente, para que promova a regularização.

12.13.1.2. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

12.13.1.3. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

12.13.1.4. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.13.1.5. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de



Prefeitura do Município
Santa Izabel do Oeste

CNPJ: 76.205.715/0001-42

Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro CEP: 85650-000
Santa Izabel do Oeste / Paraná - E-mail: prefeitura@sio.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE
SANTA IZABEL DO OESTE

classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.1.24.

12.13.1.6. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

12.13.1.7. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

12.13.1.8. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

12.13.1.9. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome da licitante, dentro de seu prazo de validade e, preferencialmente, com o número do CNPJ e com o endereço respectivo.

12.13.1.10. Sendo a licitante matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome;

12.13.1.11. Sendo a licitante filial, todos os documentos deverão estar em seu nome, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

12.13.1.12. Serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz, como é o caso da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União e da Certidão Negativa de Débitos Relativos as Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais.

12.14. A documentação exigida deverá ser obrigatoriamente da empresa que emitirá a nota fiscal/fatura.

12.15. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

12.16. Como se trata de pregão, em que os documentos somente serão apresentados via eletrônica através de chave de acesso exclusivo, junto a plataforma COMPRASNET, o pregoeiro ou sua equipe de apoio poderá fazer diligência para a verificação e constatação da autenticidade de documentos.



12.17. As declarações deverão ser apresentadas assinadas pelo responsável da empresa ou por pessoa autorizada através da procuração. Serão aceitos documentos assinados digitalmente.

12.17.1. As empresas serão responsáveis pela veracidade dos documentos anexados na habilitação. Os documentos originais que forem escaneados para apresentação no momento da habilitação serão aceitos pelo pregoeiro independentemente de reconhecimento de firma.

12.17.2. Os documentos deverão ser apresentados, na forma prevista em lei, e quando não houver regulamentação específica, deverão sempre ser em nome da licitante e com o número do CNPJ ou CPF, se pessoa física; em nome da matriz se o licitante for a matriz; em nome da filial, se o licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.18. A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:

12.18.1. No caso de empresário individual: **inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.18.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.

12.18.3. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI**, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

12.19. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** consistirá em:

12.19.1. **Certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, **em data não anterior a 180 (cento e oitenta) dias do início da sessão**, se outro prazo não constar do documento.

12.20. A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** consistirá em:

12.20.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

12.20.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de **Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União**, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;



- 12.20.3.** Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
- 12.20.4.** Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
- 12.20.5.** Certificado de Regularidade de Situação para com o **Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS)**;
- 12.20.6.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;
- 12.21.** A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** consistirá em:
- 12.21.1.** Apresentar atestado de capacidade técnica compatível com o objeto do certame para fins de comprovação da qualidade dos bens entregues.
- 12.21.2.** Da Apresentação de Catálogos e/ou Amostras:
- 12.21.2.1.** A licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta, catálogo, folder, ficha técnica ou documento equivalente dos produtos ofertados, contendo especificações detalhadas que permitam a verificação do atendimento às exigências deste Termo de Referência.
- 12.21.2.2.** Os documentos deverão identificar de forma clara a marca e o modelo dos produtos ofertados.
- 12.21.2.3.** A Administração poderá solicitar, a qualquer tempo, a apresentação de amostra física dos itens ao vencedor, para fins de verificação de conformidade com as especificações técnicas.
- 12.21.3.** A não apresentação dos documentos exigidos ou a impossibilidade de aferição das especificações poderá ensejar a desclassificação da proposta

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.2. DECLARADO O VENCEDOR, O PREGOEIRO ABRIRÁ PRAZO DE 10 (DEZ) MINUTOS, DURANTE O QUAL QUALQUER LICITANTE PODERÁ, DE FORMA MOTIVADA, EM CAMPO PRÓPRIO DA PLATAFORMA, MANIFESTAR SUA INTENÇÃO DE RECORRER, SOB PENA DE DECADÊNCIA.

13.3. Admitido o recurso, as razões recursais deverão ser apresentadas no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da admissão, ficando os demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentarem suas contrarrazões, na mesma forma e prazo, o qual será contado do término do



Prefeitura do Município
Santa Izabel do Oeste

CNPJ: 76.205.715/0001-42

Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro CEP: 85650-000
Santa Izabel do Oeste / Paraná - E-mail: prefeitura@sio.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE
SANTA IZABEL DO OESTE

prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.4. Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, o Pregoeiro terá até 5 (cinco) dias úteis para:

13.4.1. Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;

13.4.2. Motivadamente, reconsiderar a sua decisão;

13.4.3. Manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade julgadora, que terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para decidir.

13.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.6. As decisões dos recursos serão publicadas no Diário Oficial do Município e no portal da transparência da Entidade.

13.7. Exauridos os recursos, haverá o encerramento das fases de julgamento e habilitação. Ato contínuo, o pregoeiro elaborará o relatório de regularidade do procedimento e o encaminhará à autoridade superior, que poderá, motivadamente:

13.7.1. determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

13.7.2. revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

13.7.3. proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

13.7.4. adjudicar o objeto e homologar a licitação.

13.8. Em caso de dúvida sobre os pontos constantes nas alíneas anteriores poderá a Autoridade competente solicitar subsídio para sua decisão ao órgão de Assessoramento Jurídico da Entidade, indicando pontualmente a sua dúvida e independentemente de emissão de parecer jurídico.

13.9. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.9.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.9.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.9.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.



- 13.10.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 13.11.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 13.12.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 13.13.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 13.14.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 13.15.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.16.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://santaizabeldoeste.atende.net/>.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 14.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 14.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - 14.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 14.1.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 14.1.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 14.1.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 14.1.2.4.** deixar de apresentar amostra;
 - 14.1.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
 - 14.1.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 14.1.3.1.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 14.1.4.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação



- 14.1.5.** fraudar a licitação
 - 14.1.6.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 14.1.6.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 14.1.6.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 14.1.6.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
 - 14.1.7.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
 - 14.1.8.** praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 14.2.** Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 14.2.1.** advertência;
 - 14.2.2.** multa;
 - 14.2.3.** impedimento de licitar e contratar e
 - 14.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 14.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 14.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 14.3.2.** as peculiaridades do caso concreto
 - 14.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 14.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 14.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 14.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 14.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 14.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.



14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

14.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



15.DA REABERURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

15.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

15.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

16.DA AJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será declarado vencedor.

16.1.1. Se o primeiro proponente classificado não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.

16.2. A homologação do resultado da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pela pregoeira, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

16.2.1. A homologação do resultado desta licitação não obriga esta Administração à aquisição do objeto licitado.

17.DO PAGAMENTO

17.1. Os pagamentos serão efetuados em até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal, devidamente assinada pelo fiscal designado pelo Município e acompanhada ainda das CND's FGTS, TRABALHISTA e FEDERAL e após o recebimento definitivo do objeto,



através de transferência eletrônica para a conta bancária da DETENTORA DA ATA indicada pela mesma.

17.2. A vencedora do certame deverá apresentar as certidões (FGTS, TRABALHISTA, CERTIDÃO ESTADUAL, FEDERAL E MUNICIPAL) em validade para o pagamento.

17.3. Quaisquer erros ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

17.4. A empresa contratada deverá emitir o documento comprobatório do fornecimento das mercadorias, sendo acompanhado de boleto bancário com vencimento na data estabelecida no contrato. Em caso de a empresa fazer a opção por pagamento através de transferência bancária (transferência/TED/DOC/PIX), esta responsabiliza-se pelo pagamento de todas as tarifas bancárias, autorizando, ao ente público efetuar o desconto da tarifa junto ao valor a ser creditado.

18.DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E REAJUSTE DE PREÇOS

18.1. Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o presente edital, são oriundos de Recursos Próprios, Estaduais e Federais. Os recursos orçamentários correrão por conta da seguinte dotação:

Ref. Dotação	Órgão/			
Unidade	Funcional	Programática	Elemento de Despesa	Fonte
46	03.001	4.122.0014.2.500	3.3.3.90.30.17.00	00000
46	03.001	4.122.0014.2.500	3.3.3.90.30.26.00	00000
46	03.001	4.122.0014.2.500	3.3.3.90.30.28.00	00000
46	03.001	4.122.0014.2.500	3.3.3.90.30.30.00	00000
46	03.001	4.122.0014.2.500	3.3.3.90.30.39.99	00000
50	03.001	4.122.0014.2.500	3.3.3.90.39.20.00	00000
52	03.001	4.122.0014.2.500	3.4.4.90.52.06.00	00000
52	03.001	4.122.0014.2.500	3.4.4.90.52.30.00	00000
52	03.001	4.122.0014.2.500	3.4.4.90.52.33.00	00000
52	03.001	4.122.0014.2.500	3.4.4.90.52.35.00	00000
52	03.001	4.122.0014.2.500	3.4.4.90.52.42.00	00000
88	04.001	4.123.0015.2.006	3.3.3.90.30.17.00	00000
88	04.001	4.123.0015.2.006	3.3.3.90.30.26.00	00000



Prefeitura do Município
Santa Izabel do Oeste

CNPJ: 76.205.715/0001-42

Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro CEP: 85650-000
Santa Izabel do Oeste / Paraná - E-mail: prefeitura@sio.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE
SANTA IZABEL DO OESTE

88	04.001	4.123.0015.2.006	3.3.3.90.30.28.00	00000
88	04.001	4.123.0015.2.006	3.3.3.90.30.30.00	00000
88	04.001	4.123.0015.2.006	3.3.3.90.30.39.99	00000
92	04.001	4.123.0015.2.006	3.3.3.90.39.20.00	00000
97	04.001	4.123.0015.2.006	3.4.4.90.52.06.00	00000
97	04.001	4.123.0015.2.006	3.4.4.90.52.30.00	00000
97	04.001	4.123.0015.2.006	3.4.4.90.52.33.00	00000
97	04.001	4.123.0015.2.006	3.4.4.90.52.35.00	00000
97	04.001	4.123.0015.2.006	3.4.4.90.52.42.00	00000
138	05.002	4.122.0014.2.500	3.3.3.90.30.17.00	00000
138	05.002	15.452.0004.2.008	3.3.3.90.30.26.00	00000
138	05.002	15.452.0004.2.008	3.3.3.90.30.28.00	00000
138	05.002	15.452.0004.2.008	3.3.3.90.30.30.00	00000
138	05.002	15.452.0004.2.008	3.3.3.90.30.39.99	00000
142	05.002	15.452.0004.2.008	3.3.3.90.39.20.00	00000
146	05.002	15.452.0004.2.008	3.4.4.90.52.06.00	00000
146	05.002	15.452.0004.2.008	3.4.4.90.52.30.00	00000
146	05.002	15.452.0004.2.008	3.4.4.90.52.33.00	00000
146	05.002	15.452.0004.2.008	3.4.4.90.52.35.00	00000
146	05.002	15.452.0004.2.008	3.4.4.90.52.42.00	00000
161	06.001	4.122.0013.2.004	3.3.3.90.30.17.00	00000
161	06.001	4.122.0013.2.004	3.3.3.90.30.26.00	00000
161	06.001	4.122.0013.2.004	3.3.3.90.30.28.00	00000
161	06.001	4.122.0013.2.004	3.3.3.90.30.30.00	00000
161	06.001	4.122.0013.2.004	3.3.3.90.30.39.99	00000
166	06.001	4.122.0013.2.004	3.3.3.90.39.20.00	00000
170	06.001	4.122.0013.2.004	3.4.4.90.52.06.00	00000
170	06.001	4.122.0013.2.004	3.4.4.90.52.30.00	00000
170	06.001	4.122.0013.2.004	3.4.4.90.52.33.00	00000
170	06.001	4.122.0013.2.004	3.4.4.90.52.35.00	00000
170	06.001	4.122.0013.2.004	3.4.4.90.52.42.00	00000



Prefeitura do Município
Santa Izabel do Oeste

CNPJ: 76.205.715/0001-42

Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro CEP: 85650-000
Santa Izabel do Oeste / Paraná - E-mail: prefeitura@sio.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE
SANTA IZABEL DO OESTE

209	07.001	12.361.0007.2.148	3.3.3.90.30.17.00	00103
209	07.001	12.361.0007.2.148	3.3.3.90.30.26.00	00103
209	07.001	12.361.0007.2.148	3.3.3.90.30.28.00	00103
209	07.001	12.361.0007.2.148	3.3.3.90.30.30.00	00103
209	07.001	12.361.0007.2.148	3.3.3.90.30.39.99	00103
215	07.001	12.361.0007.2.148	3.3.3.90.39.20.00	00103
220	07.001	12.361.0007.2.148	3.4.4.90.52.06.00	00103
220	07.001	12.361.0007.2.148	3.4.4.90.52.30.00	00103
220	07.001	12.361.0007.2.148	3.4.4.90.52.33.00	00103
220	07.001	12.361.0007.2.148	3.4.4.90.52.35.00	00103
220	07.001	12.361.0007.2.148	3.4.4.90.52.42.00	00103
210	07.001	12.361.0007.2.148	3.3.3.90.30.17.00	00104
210	07.001	12.361.0007.2.148	3.3.3.90.30.26.00	00104
210	07.001	12.361.0007.2.148	3.3.3.90.30.28.00	00104
210	07.001	12.361.0007.2.148	3.3.3.90.30.30.00	00104
210	07.001	12.361.0007.2.148	3.3.3.90.30.39.99	00104
216	07.001	12.361.0007.2.148	3.3.3.90.39.20.00	00104
221	07.001	12.361.0007.2.148	3.4.4.90.52.06.00	00104
221	07.001	12.361.0007.2.148	3.4.4.90.52.30.00	00104
221	07.001	12.361.0007.2.148	3.4.4.90.52.33.00	00104
221	07.001	12.361.0007.2.148	3.4.4.90.52.35.00	00104
221	07.001	12.361.0007.2.148	3.4.4.90.52.42.00	00104
236	07.001	12.365.0007.2.149	3.3.3.90.30.17.00	00103
236	07.001	12.365.0007.2.149	3.3.3.90.30.26.00	00103
236	07.001	12.365.0007.2.149	3.3.3.90.30.28.00	00103
236	07.001	12.365.0007.2.149	3.3.3.90.30.30.00	00103
236	07.001	12.365.0007.2.149	3.3.3.90.30.39.99	00103
242	07.001	12.365.0007.2.149	3.3.3.90.39.20.00	00103
246	07.001	12.365.0007.2.149	3.4.4.90.52.06.00	00103
246	07.001	12.365.0007.2.149	3.4.4.90.52.30.00	00103
246	07.001	12.365.0007.2.149	3.4.4.90.52.33.00	00103



Prefeitura do Município
Santa Izabel do Oeste

CNPJ: 76.205.715/0001-42

Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro CEP: 85650-000
Santa Izabel do Oeste / Paraná - E-mail: prefeitura@sio.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE
SANTA IZABEL DO OESTE

246	07.001	12.365.0007.2.149	3.4.4.90.52.35.00	00103
246	07.001	12.365.0007.2.149	3.4.4.90.52.42.00	00103
237	07.001	12.365.0007.2.149	3.3.3.90.30.17.00	00104
237	07.001	12.365.0007.2.149	3.3.3.90.30.26.00	00104
237	07.001	12.365.0007.2.149	3.3.3.90.30.28.00	00104
237	07.001	12.365.0007.2.149	3.3.3.90.30.30.00	00104
237	07.001	12.365.0007.2.149	3.3.3.90.30.39.99	00104
243	07.001	12.365.0007.2.149	3.3.3.90.39.20.00	00104
247	07.001	12.365.0007.2.149	3.4.4.90.52.06.00	00104
247	07.001	12.365.0007.2.149	3.4.4.90.52.30.00	00104
247	07.001	12.365.0007.2.149	3.4.4.90.52.33.00	00104
247	07.001	12.365.0007.2.149	3.4.4.90.52.35.00	00104
247	07.001	12.365.0007.2.149	3.4.4.90.52.42.00	00104
314	08.001	27.812.0008.2.031	3.3.3.90.30.17.00	00000
314	08.001	27.812.0008.2.031	3.3.3.90.30.26.00	00000
314	08.001	27.812.0008.2.031	3.3.3.90.30.28.00	00000
314	08.001	27.812.0008.2.031	3.3.3.90.30.30.00	00000
314	08.001	27.812.0008.2.031	3.3.3.90.30.39.99	00000
319	08.001	27.812.0008.2.031	3.3.3.90.39.20.00	00000
321	08.001	27.812.0008.2.031	3.4.4.90.52.06.00	00000
321	08.001	27.812.0008.2.031	3.4.4.90.52.30.00	00000
321	08.001	27.812.0008.2.031	3.4.4.90.52.33.00	00000
321	08.001	27.812.0008.2.031	3.4.4.90.52.35.00	00000
321	08.001	27.812.0008.2.031	3.4.4.90.52.42.00	00000
362	09.002	10.301.0024.2.110	3.3.3.90.30.17.00	00303
362	09.002	10.301.0024.2.110	3.3.3.90.30.26.00	00303
362	09.002	10.301.0024.2.110	3.3.3.90.30.28.00	00303
362	09.002	10.301.0024.2.110	3.3.3.90.30.30.00	00303
362	09.002	10.301.0024.2.110	3.3.3.90.30.39.99	00303
375	09.002	10.301.0024.2.110	3.3.3.90.39.20.00	00303
380	09.002	10.301.0024.2.110	3.4.4.90.52.06.00	00303



Prefeitura do Município
Santa Izabel do Oeste

CNPJ: 76.205.715/0001-42

Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro CEP: 85650-000
Santa Izabel do Oeste / Paraná - E-mail: prefeitura@sio.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE
SANTA IZABEL DO OESTE

380	09.002	10.301.0024.2.110	3.4.4.90.52.30.00	00303
380	09.002	10.301.0024.2.110	3.4.4.90.52.33.00	00303
380	09.002	10.301.0024.2.110	3.4.4.90.52.35.00	00303
380	09.002	10.301.0024.2.110	3.4.4.90.52.42.00	00303
363	09.002	10.301.0024.2.110	3.3.3.90.30.17.00	00377
363	09.002	10.301.0024.2.110	3.3.3.90.30.26.00	00377
363	09.002	10.301.0024.2.110	3.3.3.90.30.28.00	00377
363	09.002	10.301.0024.2.110	3.3.3.90.30.30.00	00377
363	09.002	10.301.0024.2.110	3.3.3.90.30.39.99	00377
376	09.002	10.301.0024.2.110	3.3.3.90.39.20.00	00377
364	09.002	10.301.0024.2.110	3.3.3.90.30.17.00	00494
364	09.002	10.301.0024.2.110	3.3.3.90.30.26.00	00494
364	09.002	10.301.0024.2.110	3.3.3.90.30.28.00	00494
364	09.002	10.301.0024.2.110	3.3.3.90.30.30.00	00494
364	09.002	10.301.0024.2.110	3.3.3.90.30.39.99	00494
377	09.002	10.301.0024.2.110	3.3.3.90.39.20.00	00494
381	09.002	10.301.0024.2.110	3.4.4.90.52.06.00	00494
381	09.002	10.301.0024.2.110	3.4.4.90.52.30.00	00494
381	09.002	10.301.0024.2.110	3.4.4.90.52.33.00	00494
381	09.002	10.301.0024.2.110	3.4.4.90.52.35.00	00494
381	09.002	10.301.0024.2.110	3.4.4.90.52.42.00	00494
435	09.002	10.302.0028.2.114	3.3.3.90.30.17.00	00303
435	09.002	10.302.0028.2.114	3.3.3.90.30.26.00	00303
435	09.002	10.302.0028.2.114	3.3.3.90.30.28.00	00303
435	09.002	10.302.0028.2.114	3.3.3.90.30.30.00	00303
435	09.002	10.302.0028.2.114	3.3.3.90.30.39.99	00303
444	09.002	10.302.0028.2.114	3.3.3.90.39.20.00	00303
447	09.002	10.302.0028.2.114	3.4.4.90.52.06.00	00303
447	09.002	10.302.0028.2.114	3.4.4.90.52.30.00	00303
447	09.002	10.302.0028.2.114	3.4.4.90.52.33.00	00303
447	09.002	10.302.0028.2.114	3.4.4.90.52.35.00	00303



Prefeitura do Município
Santa Izabel do Oeste

CNPJ: 76.205.715/0001-42

Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro CEP: 85650-000
Santa Izabel do Oeste / Paraná - E-mail: prefeitura@sio.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE
SANTA IZABEL DO OESTE

447	09.002	10.302.0028.2.114	3.4.4.90.52.42.00	00303
436	09.002	10.302.0028.2.114	3.3.3.90.30.17.00	00377
436	09.002	10.302.0028.2.114	3.3.3.90.30.26.00	00377
436	09.002	10.302.0028.2.114	3.3.3.90.30.28.00	00377
436	09.002	10.302.0028.2.114	3.3.3.90.30.30.00	00377
436	09.002	10.302.0028.2.114	3.3.3.90.30.39.99	00377
445	09.002	10.302.0028.2.114	3.3.3.90.39.20.00	00377
437	09.002	10.302.0028.2.114	3.3.3.90.30.17.00	00494
437	09.002	10.302.0028.2.114	3.3.3.90.30.26.00	00494
437	09.002	10.302.0028.2.114	3.3.3.90.30.28.00	00494
437	09.002	10.302.0028.2.114	3.3.3.90.30.30.00	00494
437	09.002	10.302.0028.2.114	3.3.3.90.30.39.99	00494
446	09.002	10.302.0028.2.114	3.3.3.90.39.20.00	00494
503	10.001	8.245.0016.2.144	3.3.3.90.30.17.00	00000
503	10.001	8.245.0016.2.144	3.3.3.90.30.26.00	00000
503	10.001	8.245.0016.2.144	3.3.3.90.30.28.00	00000
503	10.001	8.245.0016.2.144	3.3.3.90.30.30.00	00000
503	10.001	8.245.0016.2.144	3.3.3.90.30.39.99	00000
512	10.001	8.245.0016.2.144	3.3.3.90.39.20.00	00000
517	10.001	8.245.0016.2.144	3.4.4.90.52.06.00	00000
517	10.001	8.245.0016.2.144	3.4.4.90.52.30.00	00000
517	10.001	8.245.0016.2.144	3.4.4.90.52.33.00	00000
517	10.001	8.245.0016.2.144	3.4.4.90.52.35.00	00000
517	10.001	8.245.0016.2.144	3.4.4.90.52.42.00	00000
504	10.001	8.245.0016.2.144	3.3.3.90.30.17.00	00934
504	10.001	8.245.0016.2.144	3.3.3.90.30.26.00	00934
504	10.001	8.245.0016.2.144	3.3.3.90.30.28.00	00934
504	10.001	8.245.0016.2.144	3.3.3.90.30.30.00	00934
504	10.001	8.245.0016.2.144	3.3.3.90.30.39.99	00934
513	10.001	8.245.0016.2.144	3.3.3.90.39.20.00	00934
518	10.001	8.245.0016.2.144	3.4.4.90.52.06.00	00934



Prefeitura do Município
Santa Izabel do Oeste

CNPJ: 76.205.715/0001-42

Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro CEP: 85650-000
Santa Izabel do Oeste / Paraná - E-mail: prefeitura@sio.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE
SANTA IZABEL DO OESTE

518	10.001	8.245.0016.2.144	3.4.4.90.52.30.00	00934
518	10.001	8.245.0016.2.144	3.4.4.90.52.33.00	00934
518	10.001	8.245.0016.2.144	3.4.4.90.52.35.00	00934
518	10.001	8.245.0016.2.144	3.4.4.90.52.42.00	00934
591	10.007	8.243.0016.2.039	3.3.3.90.30.17.00	00000
591	10.007	8.243.0016.2.039	3.3.3.90.30.26.00	00000
591	10.007	8.243.0016.2.039	3.3.3.90.30.28.00	00000
591	10.007	8.243.0016.2.039	3.3.3.90.30.30.00	00000
591	10.007	8.243.0016.2.039	3.3.3.90.30.39.99	00000
594	10.007	8.243.0016.2.039	3.3.3.90.39.20.00	00000
596	10.007	8.243.0016.2.039	3.4.4.90.52.06.00	00000
596	10.007	8.243.0016.2.039	3.4.4.90.52.30.00	00000
596	10.007	8.243.0016.2.039	3.4.4.90.52.33.00	00000
596	10.007	8.243.0016.2.039	3.4.4.90.52.35.00	00000
596	10.007	8.243.0016.2.039	3.4.4.90.52.42.00	00000
604	10.007	8.244.0016.2.511	3.3.3.90.30.17.00	00000
604	10.007	8.244.0016.2.511	3.3.3.90.30.26.00	00000
604	10.007	8.244.0016.2.511	3.3.3.90.30.28.00	00000
604	10.007	8.244.0016.2.511	3.3.3.90.30.30.00	00000
604	10.007	8.244.0016.2.511	3.3.3.90.30.39.99	00000
609	10.007	8.244.0016.2.511	3.3.3.90.39.20.00	00000
611	10.007	8.244.0016.2.511	3.4.4.90.52.06.00	00000
611	10.007	8.244.0016.2.511	3.4.4.90.52.30.00	00000
611	10.007	8.244.0016.2.511	3.4.4.90.52.33.00	00000
611	10.007	8.244.0016.2.511	3.4.4.90.52.35.00	00000
611	10.007	8.244.0016.2.511	3.4.4.90.52.42.00	00000
628	12.001	18.541.0012.2.152	3.3.3.90.30.17.00	00000
628	12.001	18.541.0012.2.152	3.3.3.90.30.26.00	00000
628	12.001	18.541.0012.2.152	3.3.3.90.30.28.00	00000
628	12.001	18.541.0012.2.152	3.3.3.90.30.30.00	00000
628	12.001	18.541.0012.2.152	3.3.3.90.30.39.99	00000



Prefeitura do Município
Santa Izabel do Oeste

CNPJ: 76.205.715/0001-42

Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro CEP: 85650-000
Santa Izabel do Oeste / Paraná - E-mail: prefeitura@sio.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE
SANTA IZABEL DO OESTE

635	12.001	18.541.0012.2.152	3.3.3.90.39.20.00	00000
640	12.001	18.541.0012.2.152	3.4.4.90.52.06.00	00000
640	12.001	18.541.0012.2.152	3.4.4.90.52.30.00	00000
640	12.001	18.541.0012.2.152	3.4.4.90.52.33.00	00000
640	12.001	18.541.0012.2.152	3.4.4.90.52.35.00	00000
640	12.001	18.541.0012.2.152	3.4.4.90.52.42.00	00000
653	13.001	20.606.0005.2.011	3.3.3.90.30.17.00	00000
653	13.001	20.606.0005.2.011	3.3.3.90.30.26.00	00000
653	13.001	20.606.0005.2.011	3.3.3.90.30.28.00	00000
653	13.001	20.606.0005.2.011	3.3.3.90.30.30.00	00000
653	13.001	20.606.0005.2.011	3.3.3.90.30.39.99	00000
659	13.001	20.606.0005.2.011	3.3.3.90.39.20.00	00000
662	13.001	20.606.0005.2.011	3.4.4.90.52.06.00	00000
662	13.001	20.606.0005.2.011	3.4.4.90.52.30.00	00000
662	13.001	20.606.0005.2.011	3.4.4.90.52.33.00	00000
662	13.001	20.606.0005.2.011	3.4.4.90.52.35.00	00000
662	13.001	20.606.0005.2.011	3.4.4.90.52.42.00	00000
674	14.001	13.392.0035.2.512	3.3.3.90.30.17.00	00000
674	14.001	13.392.0035.2.512	3.3.3.90.30.26.00	00000
674	14.001	13.392.0035.2.512	3.3.3.90.30.28.00	00000
674	14.001	13.392.0035.2.512	3.3.3.90.30.30.00	00000
674	14.001	13.392.0035.2.512	3.3.3.90.30.39.99	00000
679	14.001	13.392.0035.2.512	3.3.3.90.39.20.00	00000
681	14.001	13.392.0035.2.512	3.4.4.90.52.06.00	00000
681	14.001	13.392.0035.2.512	3.4.4.90.52.30.00	00000
681	14.001	13.392.0035.2.512	3.4.4.90.52.33.00	00000
681	14.001	13.392.0035.2.512	3.4.4.90.52.35.00	00000
681	14.001	13.392.0035.2.512	3.4.4.90.52.42.00	00000



19. DO VALOR MÁXIMO:

19.1. O valor máximo estimado da licitação é de **R\$ 1.009.098,61 (um milhão e nove reais e sessenta e um centavos)**.

19.2. Do reajuste/reequilíbrio de preços:

19.2.1. O reequilíbrio econômico financeiro do contrato, para mais ou para menos, se justifica nas seguintes ocorrências:

19.2.1.1. Para mais, na hipótese de sobreviver fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurado alea econômica (probabilidade de perda concomitante a probabilidade de lucro) extraordinária e extracontratual.

19.2.1.2. Para menos, na hipótese de o valor contratado ficar muito superior ao valor de mercado.

19.3. Para a caracterização do pedido de reequilíbrio, a CONTRATADA deverá apresentar no setor de Licitações, a documentação que comprove o pedido de reequilíbrio.

19.4. A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do CONTRATADO, cabendo a ADMINISTRAÇÃO através dos setores competentes a análise e deliberação a respeito do pedido.

19.5. A licitante fica ciente de que os lances ofertados durante a sessão são de sua exclusiva responsabilidade, não cabendo reequilíbrio de preços em consequência de altos descontos com o intuito único de ganhar a licitação e posteriormente buscar via revisão do preço aumentar ou regularizar sua margem operacional, sob pena de rescisão do contrato e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

19.6. Se a CONTRATADA não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será INDEFERIDO pela Prefeitura e a Contratada continuará obrigado a cumprir com os compromissos pelo valor arrematado, sob pena de rescisão do contrato e aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

19.7. Para deferimento do reequilíbrio, se ocorrida alguma das situações descritas nos itens acima a CONTRATADA deverá apresentar, a cada mês, Planilha de custos atualizada, novamente acompanhada de todas as notas fiscais e demais documentos que a justifiquem, sendo que o realinhamento se dará mediante a comprovação do preço pago ao(s) fornecedores(es).

19.8. O Município se reserva no direito de realizar cotação paralela, para averiguar os valores informados nas planilhas supracitadas. E apresentando-se como uma situação confortável, através da troca de fornecedores por parte da empresa, será considerado justificado o pedido, mantendo-se os valores originais.

19.9. A Administração deverá, quando autorizado o reequilíbrio dos preços, lavar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de empenho



complementar para as novas despesas, sendo que a atualização não retroagira a ordens de fornecimento já emitidas.

19.10. O novo preço só terá validade após parecer jurídico e não terá efeito retroativo.

19.11. Da mesma forma, para a realização de reequilíbrio econômico do contrato para menos, a Administração deverá comprovar a queda dos preços através de juntada de planilha de composição de custos e/ou cotações de preços de mercado.

19.12. O reajuste de preço será admitido caso a vigência do contrato ultrapasse o período de 12 (doze) meses, contados a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.

19.13. O reajuste obedecerá a variação do índice INPC ou aquele que venha a lhe substituir, bem como, a administração possui discricionariedade para aplicação de outro índice menor que reflito as condições de mercado.

20. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

20.1. Após a adjudicação e a homologação, os preços serão registrados na Ata, cuja minuta constitui o **Anexo III** deste Edital.

20.2. Uma vez homologado o resultado da licitação pela Autoridade Superior, o licitante vencedor será convocado, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis após o ato convocatório, para assinatura da Ata de Registro de preços.

20.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão para a assinatura da Ata de Registro de preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura por meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

20.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo licitante convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.

20.4. A recusa injustificada do fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido pela Administração, ensejará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades estabelecidas em lei ou no presente instrumento convocatório.

20.5. Para assinatura da Ata de Registro de preços, esta deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária (diretor, socio da empresa ou procurador), mediante apresentação do contrato social ou procuração, na hipótese de nomeação de procurador, e cédula de identidade do representante.

20.6. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

20.7. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.



20.8. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

20.9. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

20.10. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

21. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

21.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

21.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

21.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

21.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

21.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

21.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

21.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

21.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

21.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

21.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

21.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou



- 21.4.2.** adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

22.DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

22.1. Fica assegurado a Administração Municipal de Santa Izabel do Oeste o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

22.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

22.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

22.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

22.5. A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

22.6. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

22.7. A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

22.8. A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste.

23.DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

23.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

24.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. O resultado e demais atos do presente certame será divulgado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná através do endereço eletrônico <https://www.diariomunicipal.com.br/amp/> e no Portal de Transparência do



Prefeitura do Município
Santa Izabel do Oeste

CNPJ: 76.205.715/0001-42

Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro CEP: 85650-000
Santa Izabel do Oeste / Paraná - E-mail: prefeitura@sio.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE
SANTA IZABEL DO OESTE

Município através do endereço eletrônico
<https://santaizabeldooeste.atende.net/cidadao>.

24.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

24.4. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro.

24.5. Será facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive parecer técnico à Secretaria requerente do certame com relação aos produtos cotados, bem como solicitar aos órgãos competentes, elaboração de parecer técnico destinado a fundamentar a decisão.

24.6. O Pregoeiro poderá, ainda, relevar erros formais, ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação da proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação e não gerem a majoração do preço proposto.

24.7. As licitantes devem acompanhar rigorosamente todas as fases do certame e as operações no sistema eletrônico, inclusive mensagem via chat, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada ou emitida pelo Sistema ou de sua desconexão, bem como será responsável pela apresentação dos documentos solicitados nos prazos previstos.

24.8. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

24.9. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.10. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.11. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.13. A autoridade competente poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros,



mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba às Licitantes direito à indenização.

24.14. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.15. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.16. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://santaizabeldooeste.atende.net/cidadao>.

24.17. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

24.18. É obrigação da proponente observar e acompanhar rigorosamente os editais, todas as fases do certame e comunicados oficiais divulgados conforme item anterior, ler e interpretar o conteúdo destes, desobrigando totalmente o órgão licitador, por interpretações errôneas ou inobservâncias.

24.19. A proponente deverá indicar ao Pregoeiro todos os meios de contato (telefone/endereço eletrônico (e-mail), para comunicação, e obriga-se a manter os dados devidamente atualizados durante todo o decurso processual. Será de sua inteira responsabilidade o retorno imediato de todos os atos comunicados, os quais serão considerados recebidos, não lhe cabendo qualquer alegação de não recebimentos dos documentos.

24.20. O Pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Santa Izabel do Oeste quanto do emissor.

24.21. Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada e emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

24.22. Caso o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de lances da sessão pública, e permanecendo acessíveis aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem o prejuízo dos atos realizados.

24.23. Se a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10min (dez minutos), a sessão pública será suspensa e só poderá ser reiniciada após decorrido, no mínimo 24h (vinte e quatro horas), após a comunicação do fato aos participantes em campo próprio no sistema eletrônico.

24.24. CASO A ETAPA DE LANCES ULTRAPASSE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE, O PREGÃO SERÁ SUSPENSO E RETORNARÁ NO HORÁRIO INFORMADO PELA PREGOEIRA VIA CHAT.



Prefeitura do Município
Santa Izabel do Oeste

CNPJ: 76.205.715/0001-42

Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro CEP: 85650-000
Santa Izabel do Oeste / Paraná - E-mail: prefeitura@sio.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE
SANTA IZABEL DO OESTE

24.25. Não havendo expediente, ocorrendo qualquer fato superveniente, ou mesmo indisponibilidade no Sistema Comprasnet que impeça a realização do certame na data e horário marcado, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

24.26. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

24.27. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro da Comarca de Realeza – PR.

24.28. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

24.28.1. ANEXO I - Termo de Referência

24.28.2. ANEXO II – Modelo de Proposta final

24.28.3. ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços

Santa Izabel do Oeste - PR, 25 de maio de 2026.

JEAN PIERR CATTO
PREFEITO MUNICIPAL



ANEXO I

TR – TERMO DE REFERÊNCIA

Versão do Documento: 2.0

25.CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

25.1. O presente Termo de Referência tem como objeto: **Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais e equipamentos de informática, comunicação, bem como fornecimento de equipamentos destinados ao setor de identificação civil**, para atender às necessidades de todas as Secretarias Municipais de Santa Izabel do Oeste/PR, pelo **período de 12 (doze) meses**, com recursos próprios, estaduais e federais.

LOTE I – COMPUTADORES E MOBILIDADE

ITEM	QTD	UND MED	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CÓD. ALMOX.	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	65	UND	Computador de mesa completo , composto por processador com no mínimo 6 (seis) núcleos físicos e 12 (doze) threads , frequência base mínima de 2.9 GHz e frequência turbo mínima de 4.7 GHz , cache L3 mínimo de 12 MB , litografia de 10 nm ou inferior para processadores Intel ou 7 nm ou inferior para processadores AMD , com gráficos integrados compatíveis com Intel UHD Graphics 730 ou AMD Radeon Vega ou equivalente superior ; placa-mãe no formato mATX , com no mínimo 02 (dois) slots de memória DDR4 com suporte mínimo a 3200 MHz , 04 (quatro) portas SATA 6 Gb/s , 01 (um) slot M.2 NVMe , e saídas de vídeo contendo no mínimo 01 HDMI e 01 DisplayPort ou VGA (D-Sub) , permitindo conexão simultânea de pelo menos 02 monitores ; memória RAM composta por 16 GB DDR4 3200 MHz , instalada em 02 módulos de 8 GB , latência CL16 ou superior , configurada em dual channel ; armazenamento em SSD NVMe M.2 de no mínimo 480 GB , com velocidade mínima de 2000 MB/s para leitura e 1000 MB/s para gravação ; fonte de alimentação padrão ATX de no mínimo 600W , com certificação 80 Plus ou equivalente , frequência 50–60 Hz ; gabinete compatível com placa-mãe mATX , na cor preta, com no mínimo 04 baias e suporte para fonte ATX; o equipamento deverá ser fornecido com licença original do sistema operacional Microsoft Windows 11 Pro 64 bits , acompanhado das garantias dos componentes instalados, devendo ser entregue novos, em perfeito estado de funcionamento e pronto para uso .	151797	R\$ 4.248,00	R\$ 276.120,00
2	17	UND	Notebook , com tela mínima de 15,6 polegadas , tecnologia LED IPS	151798	R\$ 6.480,00	R\$ 110.160,00



Prefeitura do Município
Santa Izabel do Oeste

CNPJ: 76.205.715/0001-42

Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro CEP: 85650-000
Santa Izabel do Oeste / Paraná - E-mail: prefeitura@sio.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE
SANTA IZABEL DO OESTE

			antirreflexo, resolução mínima Full HD (1920 x 1080); processador com no mínimo 6 (seis) núcleos físicos e 12 (doze) threads, frequência base mínima de 2.4 GHz, frequência turbo mínima de 4.4 GHz, cache mínimo de 12 MB, litografia de 10 nm ou inferior para processadores Intel ou 7 nm ou inferior para processadores AMD; memória RAM mínima de 16 GB DDR4 3200 MHz ou DDR5 equivalente, armazenamento em SSD NVMe PCIe M.2 com capacidade mínima de 512 GB, com velocidade mínima de 2000 MB/s para leitura e 1000 MB/s para gravação; placa de vídeo dedicada com no mínimo 4 GB de memória GDDR6, compatível com DirectX 12 e OpenGL 4.6 ou superior; equipado com touchpad com suporte a gestos múltiplos, teclado padrão ABNT2 com teclado numérico dedicado, autonomia mínima de 8 horas de uso moderado, e conexões contendo no mínimo 01 porta HDMI, 01 porta RJ-45, 02 portas USB Type-A 3.1, 01 porta USB Type-A 2.0 e 01 porta USB Type-C; o equipamento deverá ser fornecido com licença original do sistema operacional Microsoft Windows 11 Pro 64 bits, devendo ser entregue novo, em perfeito estado de funcionamento, acompanhado de carregador e garantia mínima de 12 (doze) meses.			
3	20	UND	Tablet, com tela sensível ao toque de no mínimo 10 polegadas, tecnologia capacitiva multitoc, acompanhado de caneta digital (stylus) ativa com detecção de pressão, compatível com escrita e desenho digital e com suporte nativo ao sistema operacional; equipado com sistema operacional Android versão 11 ou superior, ou equivalente em funcionalidades, memória RAM mínima de 4 GB, armazenamento interno mínimo de 128 GB, com possibilidade de expansão por cartão microSD; processador octa-core; conectividade Wi-Fi e Bluetooth; câmeras frontal e traseira com resolução mínima de 5 MP e 8 MP, respectivamente; entrada USB-C para carregamento e transferência de dados; autonomia de bateria mínima de 8 horas em uso contínuo; fornecido com carregador e cabos compatíveis; o equipamento deverá ser entregue novo, lacrado de fábrica, em perfeito estado de funcionamento e acompanhado de garantia mínima de 12 (doze) meses.	151799	R\$ 1.570,00	R\$ 31.400,00

LOTE II – PERIFÉRICOS E ACESSÓRIOS



Prefeitura do Município
Santa Izabel do Oeste

CNPJ: 76.205.715/0001-42

Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro CEP: 85650-000
Santa Izabel do Oeste / Paraná - E-mail: prefeitura@sio.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE
SANTA IZABEL DO OESTE

ITEM	QTD	UND MED	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CÓD. ALMOX.	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
4	15	UND	Gabinete ATX, com no mínimo 5 baias sendo elas 3x3.5" e 1x2.5", gabinete deve possuir no mínimo: 1 porta USB Type A (3.0), 2 portas USB Type A (2.0), 1 áudio HD e 1 microfone.	47293	R\$ 279,00	R\$ 4.185,00
5	50	UND	Mouse óptico USB com fio longo Cor preto, compatibilidade de hardware: Microsoft Windows 10/11" Conexão USB com fio. Resolução com no mínimo 3000DPI	151800	R\$ 29,00	R\$ 1.450,00
6	75	UND	Mouse sem fio, tecnologia óptica ou laser com resolução mínima de 1200 dpi ajustável, conexão wireless 2.4 GHz com receptor USB nano plug & play, alcance mínimo de 10 metros, alimentação por pilhas AAA ou bateria recarregável com cabo incluso quando aplicável, no mínimo 2 botões e scroll, design ergonômico ambidestro ou para destros, compatível com Windows 10/11, Linux e MacOS, entregue novo, lacrado de fábrica, acompanhado de manual e com garantia mínima de 12 meses, atendendo às normas de ergonomia e segurança elétrica vigentes no território nacional.	151801	R\$ 55,00	R\$ 4.125,00
7	50	UND	Teclado ABNT slim com fio. Teclado padrão ABNT2; teclas de alta qualidade; estrutura desenvolvida com sistema de antirrespingo; resistente a pequenos derramamentos de líquidos. Especificação: tipo: membrana; números de teclas: 107; comprimento do cabo: 1.50m; serigrafia das teclas: silk; durabilidade da tecla: 80 milhões de acionamentos pressão de acionamento das teclas: =1 kgf; curso de acionamento da tecla: 0.9 mm.; elasticidade das teclas: 5510gf; curso total: 4.2 mm +/- 0.5 mm Alimentação: conexão: USB; voltagem: 5v dc; corrente: 300ma; consumo: 1 watts; temperatura de trabalho: 5° à 50°; humidade máxima de operação: 10% 85%	151802	R\$ 41,99	R\$ 2.099,50
8	50	UND	Teclado sem fio, padrão ABNT2 com tecla "Ç" e acentuação completa em português do Brasil, conexão wireless 2.4 GHz com receptor USB nano plug & play, alcance mínimo de 10 metros, teclas de perfil baixo e silenciosas para maior conforto na digitação, design ergonômico de uso prolongado, indicador de nível de bateria quando aplicável, alimentação por pilhas AA/AAA ou bateria recarregável com cabo incluso, compatível com Windows 10/11, Linux e MacOS, entregue novo, lacrado de fábrica, acompanhado de manual e com garantia mínima de 12 meses, atendendo às normas de ergonomia e segurança aplicáveis no território nacional.	151803	R\$ 57,69	R\$ 2.884,50
9	75	UND	Teclado e mouse wireless. Teclado: Teclas de perfil baixo, altura do teclado ajustável; Bateria: 2x AAA; Teclas	151804	R\$ 68,50	R\$ 5.137,50



Prefeitura do Município
Santa Izabel do Oeste

CNPJ: 76.205.715/0001-42

Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro CEP: 85650-000
Santa Izabel do Oeste / Paraná - E-mail: prefeitura@sio.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE
SANTA IZABEL DO OESTE

			especiais: 15 teclas de função acessíveis com a tecla "fn"; Mouse: Tecnologia do sensor: Rastreamento óptico avançado; Conectar/Energia: Botão de ligar/desligar; Bateria: 1 x AA; Conexão: 2.4GHz com receptor Nano USB; Alcance sem fio: 10 metros;			
10	5	UND	Placa de vídeo dedicada de alto desempenho, compatível com barramento PCI-Express x16 4.0, com memória de vídeo dedicada mínima de 12 GB GDDR6, interface de memória de no mínimo 128 bits, largura de banda mínima de 360 GB/s e frequência base de GPU de, no mínimo, 1.300 MHz. Deve oferecer suporte nativo para conexão simultânea de pelo menos 4 monitores com saídas de vídeo entre as seguintes opções: DisplayPort (mínimo 3), HDMI (mínimo 1), ou DVI, sendo compatível com resolução 4K a 60 Hz. A placa deve ser compatível com bibliotecas gráficas modernas, como DirectX 12, OpenGL 4.6 e Vulkan. Deve incluir suporte a aceleração de hardware para gráficos 3D, codificação e decodificação de vídeo (H.264/H.265), renderização em tempo real e inteligência artificial. Deve ser fornecida com os drivers atualizados e compatíveis com sistemas operacionais Windows 10 ou superior, além de manual e todos os acessórios para instalação, com garantia mínima de 12 (doze) meses.	151144	R\$1.905,00	R\$ 9.525,00
11	20	UND	Placa mãe mATX com suporte para no mínimo 2 Soquetes de memória RAM DDR4, a placa deve possuir no mínimo chipset H510; Suporte DDR4 3200MHz; Suporte para processador com 6 núcleos; 12 MB de cache; Frequência: 2.60 GHz e max: 4.40 GHz; 12 threads; Litografia: 14nm; Suporte para até 2 monitores simultaneamente.	147413	R\$ 559,00	R\$ 11.180,00
12	20	UND	Processador com 6 núcleos; 12 MB de cache; Frequência: 2.60 GHz e máx.: 4.40 GHz; 12 threads; Litografia: 14nm;(compatível com placa mãe). Processador deve possuir gráficos integrados	147414	R\$1.470,00	R\$ 29.400,00
13	50	UND	Memórias RAM de 4GB, 1600Mhz, DDR3.	47295	R\$ 100,00	R\$ 5.000,00
14	50	UND	Memórias RAM de 4GB, 2666Mhz, DDR4, CL16.	42248	R\$ 185,00	R\$ 9.250,00
15	50	UND	Memória RAM 8 GB DDR4 3200 MHz CL16	151805	R\$ 439,00	R\$ 21.950,00
16	30	UND	Apoio ergonômico para pés, ajustável em altura e inclinação, estrutura em material resistente (plástico de alta resistência, aço ou similar), base antiderrapante, superfície com textura ou ranhuras para evitar deslizamento dos pés, com dimensões aproximadas de 40 cm de largura por 30 cm de profundidade, com regulagem mínima de dois níveis de altura, adequado para uso contínuo em estações de trabalho, contribuindo para o conforto	151806	R\$ 67,49	R\$ 2.024,70



Prefeitura do Município
Santa Izabel do Oeste

CNPJ: 76.205.715/0001-42

Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro CEP: 85650-000
Santa Izabel do Oeste / Paraná - E-mail: prefeitura@sio.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE
SANTA IZABEL DO OESTE

			postural do usuário e atendendo às recomendações de ergonomia da NR-17, devendo ser fornecido novo, lacrado de fábrica, com garantia mínima de 12 (doze) meses.			
17	50	UND	Suporte de mesa articulado para um monitor, com fixação por morsa ou furação tipo passa-cabos (compatível com tampos de até 9 cm de espessura), braço com ajuste de altura, inclinação e rotação (mínimo de 180° horizontal, 45° vertical e 360° pivotante), compatível com padrão de fixação VESA 75x75 mm e 100x100 mm, com capacidade para suportar monitor de até 32 polegadas e peso máximo de 8 kg, fabricado em aço carbono ou liga metálica de alta resistência, com pintura eletrostática ou acabamento anticorrosivo, sistema de passagem interna de cabos, devendo ser fornecido com manual e kit completo de montagem.	151807	R\$ 116,00	R\$ 5.800,00
18	50	UND	Suporte de mesa articulado para dois monitores, com fixação por morsa ou furação tipo passa-cabos (compatível com tampos de até 9 cm de espessura), braços com ajuste de altura, inclinação e rotação (mínimo de 180° horizontal, 45° vertical e 360° pivotante), compatível com padrão de fixação VESA 75x75 mm e 100x100 mm, com capacidade para suportar dois monitores de até 27 polegadas e peso máximo de 8 kg por braço, fabricado em aço carbono ou liga metálica de alta resistência, com pintura eletrostática ou acabamento anticorrosivo, sistema de passagem interna de cabos, devendo ser fornecido com manual e acessórios completos para montagem e instalação.	151134	R\$ 196,90	R\$ 9.845,00
19	10	UND	Suporte de mesa articulado para três monitores, com fixação por morsa ou por furação (passa-cabos), estrutura metálica ou de liga de alumínio de alta resistência, com pintura eletrostática ou tratamento anticorrosivo. O braço central deverá ser fixo, posicionado de forma estável e alinhado, enquanto os dois braços laterais devem permitir articulação com ajustes de rotação, inclinação e altura (mínimo de 180° horizontal, 45° vertical e rotação de 360°). Compatível com monitores de até 27 polegadas e peso de até 8 kg por braço. Padrão VESA 75x75 mm e 100x100 mm. Deve possuir canal interno ou presilhas externas para organização dos cabos. Entrega com kit completo de montagem, manual de instruções e garantia mínima de 12 (doze) meses.	151136	R\$ 259,90	R\$ 2.599,00
20	50	UND	Apoio Para Monitores Cilíndrico em plástico com Abertura na frente	39730	R\$ 42,80	R\$ 2.140,00
21	50	UND	Headset com microfone integrado, conector USB ou P2 estéreo 3,5 mm, áudio estéreo com frequência de resposta de 20 Hz a 20 kHz, sensibilidade mínima de 95	151808	R\$ 69,90	R\$ 3.495,00



Prefeitura do Município
Santa Izabel do Oeste

CNPJ: 76.205.715/0001-42

Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro CEP: 85650-000
Santa Izabel do Oeste / Paraná - E-mail: prefeitura@sio.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE
SANTA IZABEL DO OESTE

			dB e impedância de até 32 ohms, microfone com captação omnidirecional ou unidirecional com cancelamento de ruído passivo, haste ajustável e conchas acolchoadas para maior conforto em uso prolongado, cabo com comprimento mínimo de 1,5 metro, compatível com Windows 10/11, Linux e MacOS, entregue novo, lacrado de fábrica, acompanhado de manual, com garantia mínima de 12 meses.			
22	20	UND	Suporte ergonômico para notebook, confeccionado em material resistente (aço, alumínio ou ABS de alta durabilidade), com capacidade de carga mínima de até 10 kg, compatível com notebooks de até 17 polegadas, ajuste de altura e inclinação em múltiplos níveis para melhor ergonomia, base com superfície antiderrapante e sistema de ventilação aberto ou com furações que favoreçam a dissipação de calor, dobrável ou desmontável para facilitar transporte e armazenamento, entregue novo, lacrado de fábrica, acompanhado de manual e com garantia mínima de 12 meses, atendendo aos requisitos da NR-17 (ergonomia).	151809	R\$ 42,90	R\$ 858,00
23	200	UND	Mouse pad confeccionado em material resistente com superfície lisa de tecido microtexturizado para melhor precisão do sensor óptico ou laser, base emborrachada antiderrapante que garante firmeza durante o uso, bordas com costura reforçada para maior durabilidade, dimensões mínimas de 250 mm x 200 mm x 3 mm, compatível com qualquer tipo de mouse (com fio ou sem fio), entregue novo, lacrado de fábrica, acompanhado de manual ou instruções básicas de uso e com garantia mínima de 12 meses.	151810	R\$ 23,12	R\$ 4.624,00
24	300	UND	Organizador de cabos flexível, confeccionado em material resistente e durável (nylon trançado, polipropileno ou similar), com diâmetro mínimo de 10 mm e comprimento de 1 metro ou superior, expansível e ajustável para acomodar diferentes espessuras de cabos, permitindo fácil inserção e remoção, resistente a torções e ao calor gerado por equipamentos eletrônicos, adequado para uso em escritórios, estações de trabalho e ambientes de TI, entregue novo, lacrado de fábrica, acompanhado de instruções básicas de uso e com garantia mínima de 12 meses.	151811	R\$ 8,20	R\$ 2.460,00
25	30	UND	Carregador de celular com entrada bivolt automático (100-240V), potência mínima de 18W com tecnologia de carregamento rápido Quick Charge ou Power Delivery (PD), acompanhado de cabo USB-C de, no mínimo, 1 metro de comprimento, compatível com padrão de transferência de dados e carregamento de até 3A, revestido em material resistente e com conectores	151812	R\$ 23,00	R\$ 690,00



Prefeitura do Município
Santa Izabel do Oeste

CNPJ: 76.205.715/0001-42

Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro CEP: 85650-000
Santa Izabel do Oeste / Paraná - E-mail: prefeitura@sio.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE
SANTA IZABEL DO OESTE

			reforçados, adequado para smartphones, tablets e demais dispositivos com entrada USB-C, entregue novo, lacrado de fábrica, acompanhado de manual ou instruções básicas de uso e com garantia mínima de 12 meses, atendendo às normas de segurança elétrica aplicáveis no território nacional.			
26	20	UND	Carregador universal para notebook, entrada bivolt automática (100-240V), potência mínima de 90W, frequência de 50/60Hz, corrente de saída adequada ao dispositivo conectado com sistema de proteção contra sobrecarga, sobretensão, curto-circuito e superaquecimento, acompanhado de no mínimo 8 adaptadores de conexão compatíveis com as principais marcas de notebooks do mercado, cabo de alimentação incluso, design compacto e resistente para uso contínuo, entregue novo, lacrado de fábrica, acompanhado de manual de instruções e com garantia mínima de 12 meses, atendendo às normas de segurança elétrica aplicáveis no território nacional.	151813	R\$ 62,00	R\$ 1.240,00
27	5	UND	Pasta térmica 5G em seringa na cor cinza. Com condutividade mínima de 3,05W/MK e densidade de 2.5 G/CM ³ .	47296	R\$ 29,00	R\$ 145,00
28	50	UND	Suporte para CPU ajustável, suporte com 4 rodinhas em suas extremidades, para facilitar a movimentação e limpeza dos gabinetes. Suporte deve ser compatível com gabinetes AT e ATX. A base deve ser plástica e com no mínimo 15 cm x 22cm.	47302	R\$ 42,00	R\$ 2.100,00
29	100	UND	Pilha alcalina AA, tensão nominal 1,5 V, tecnologia alcalina, destinada à alimentação de dispositivos eletrônicos diversos, fornecida em kit contendo 04 (quatro) unidades , com prazo de validade mínimo de 24 meses a partir da data de entrega, livre de metais pesados em desacordo com normas ambientais vigentes, devendo ser entregue nova, lacrada de fábrica e em perfeito estado de conservação.	151814	R\$ 9,90	R\$ 990,00
30	100	UND	Pilha alcalina AAA, tensão nominal 1,5 V, tecnologia alcalina, destinada à alimentação de dispositivos eletrônicos diversos, fornecida em kit contendo 04 (quatro) unidades, com prazo de validade mínimo de 24 meses a partir da data de entrega, livre de metais pesados em desacordo com normas ambientais vigentes, devendo ser entregue nova, lacrada de fábrica e em perfeito estado de conservação	151815	R\$ 8,90	R\$ 890,00
31	50	UND	Bateria tipo moeda CR2032, tensão nominal 3 V, tecnologia lítio, utilizada em dispositivos eletrônicos como placas-mãe, controles remotos e equipamentos diversos, devendo ser fornecida nova, lacrada de fábrica, com prazo de validade	151816	R\$ 3,76	R\$ 188,00



Prefeitura do Município
Santa Izabel do Oeste

CNPJ: 76.205.715/0001-42

Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro CEP: 85650-000
Santa Izabel do Oeste / Paraná - E-mail: prefeitura@sio.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE
SANTA IZABEL DO OESTE

			mínimo de 24 meses a partir da data de entrega.			
32	150	UND	Pilha recarregável AA, tecnologia NiMH (Níquel-Hidreto Metálico) ou equivalente, tensão nominal 1,2 V, capacidade mínima de 2000 mAh, destinada ao uso em dispositivos eletrônicos recarregáveis, fornecida em kit contendo 04 (quatro) unidades, com vida útil mínima de 500 ciclos de recarga, devendo ser entregue nova , lacrada de fábrica e em perfeito estado de funcionamento.	151817	R\$ 11,43	R\$ 1.714,50
33	150	UND	Pilha recarregável AAA, tecnologia NiMH (Níquel-Hidreto Metálico) ou equivalente, tensão nominal 1,2 V, capacidade mínima de 800 mAh, destinada ao uso em dispositivos eletrônicos recarregáveis, fornecida em kit contendo 04 (quatro) unidades, com vida útil mínima de 500 ciclos de recarga, devendo ser entregue nova, lacrada de fábrica e em perfeito estado de funcionamento.	151818	R\$ 14,99	R\$ 2.248,50
34	20	UND	Carregador de pilhas recarregáveis, compatível com pilhas AA e AAA, alimentação bivolt automática (100-240 V), com capacidade para carregamento simultâneo de no mínimo 04 (quatro) pilhas, equipado com sistema de proteção contra sobrecarga e superaquecimento, indicador de status de carga por LED ou display, acompanhado de cabo de alimentação ou plug integrado, devendo ser entregue novo, lacrado de fábrica e com garantia mínima de 12 (doze) meses.	151819	R\$ 35,64	R\$ 712,80

LOTE III – ÁUDIO E VÍDEO

ITEM	QTD	UND MED	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CÓD. ALMOX.	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
35	100	UND	Monitor LED de 21,5 polegadas com painel tipo IPS (In-Plane Switching), resolução mínima Full HD (1920x1080), formato widescreen 16:9, tempo de resposta máximo de 5ms, brilho mínimo de 250 cd/m ² , taxa de contraste dinâmica mínima de 1000:1, ângulo de visão de 178° horizontal e vertical, com pelo menos uma entrada HDMI e uma entrada VGA ou DisplayPort, compatível com montagem VESA, bivolt automático ou fonte externa bivolt, acompanhado de cabos de energia e vídeo compatível, garantia mínima de 12 (doze) meses, devendo o equipamento ser novo, de primeiro uso, com fabricação nacional ou estrangeira, devidamente certificado pelo Inmetro ou equivalente, quando aplicável.	151820	R\$ 444,00	R\$ 44.400,00
36	50	UND	Monitor LED de 24 polegadas com painel tipo IPS (In-Plane Switching), resolução mínima Full HD (1920x1080), formato widescreen 16:9, tempo de resposta	151133	R\$ 648,40	R\$ 32.420,00



Prefeitura do Município
Santa Izabel do Oeste

CNPJ: 76.205.715/0001-42

Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro CEP: 85650-000
Santa Izabel do Oeste / Paraná - E-mail: prefeitura@sio.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE
SANTA IZABEL DO OESTE

			máximo de 5ms, brilho mínimo de 250 cd/m ² , taxa de contraste dinâmica mínima de 1000:1, ângulo de visão de 178° horizontal e vertical, com pelo menos uma entrada HDMI e uma entrada VGA ou DisplayPort, compatível com montagem VESA, bivolt automático ou fonte externa bivolt, acompanhado de cabos de energia e vídeo compatível, garantia mínima de 12 (doze) meses, devendo o equipamento ser novo, de primeiro uso, com fabricação nacional ou estrangeira, devidamente certificado pelo Inmetro ou equivalente quando aplicável.			
37	20	UND	Cabo HDMI 2.0, blindado, Com 2 metros.	47286	R\$ 23,80	R\$ 476,00
38	20	UND	Cabo HDMI 2.0, blindado, Com 3 metros.	47287	R\$ 22,99	R\$ 459,80
39	20	UND	Cabo HDMI 2.0, blindado, Com 5 metros.	47288	R\$ 32,00	R\$ 640,00
40	20	UND	Cabo HDMI 2.0, blindado, Com 10 metros.	151821	R\$ 55,00	R\$ 1.100,00
41	20	UND	Cabo VGA 1,5 metros.	47289	R\$ 24,00	R\$ 480,00
42	20	UND	Cabo VGA 3 metros.	47290	R\$ 28,65	R\$ 573,00
43	30	UND	Alto-falante (caixinha de som) estéreo, com alimentação por USB 5V, potência mínima de saída de 2 x 3W RMS (6W RMS total), frequência de resposta de 80 Hz a 20 kHz, relação sinal-ruído mínima de 85 dB, conexão por plugue P2 3,5 mm estéreo, cabo de áudio com no mínimo 1 metro de comprimento, controles de volume acessíveis no corpo do equipamento, estrutura em material resistente com pés antiderrapantes, entregue novo, lacrado de fábrica, acompanhado de manual de instruções e com garantia mínima de 12 meses.	151822	R\$ 26,60	R\$ 798,00
44	50	UND	Webcam com resolução mínima Full HD 1080p (1920x1080) a 30 fps, equipada com lente em vidro de alta definição e sistema de correção automática de luz para melhor desempenho em ambientes pouco iluminados, ângulo de visão mínimo de 78°, foco automático com faixa de até 2 metros, microfone embutido com redução de ruído ambiente, tecnologia plug & play com conexão USB 2.0 ou superior (compatível com USB 3.0), suporte a sistemas Windows, Linux e MacOS, compatível com aplicativos de videoconferência como Zoom, Teams e Google Meet, entregue novo, lacrado de fábrica, acompanhado de manual e com garantia mínima de 12 meses.	151823	R\$ 200,00	R\$10.000,00
45	15	UND	Smart TV LED UHD 4K, com tela mínima de 50 polegadas, resolução mínima 4K (3.840 x 2.160), frequência mínima de 60 Hz, equipada com sistema de áudio com potência mínima de 20 W RMS, conectividade contendo no mínimo 03 (três) portas HDMI e 02 (duas) portas USB, suporte a conectividade Wi-Fi e Bluetooth, design slim, com bordas finas ou do tipo infinita, na cor preta; alimentação bivolt automático, frequência 50/60 Hz, consumo máximo aproximado de 150 W; o	151824	R\$2.275,00	R\$34.125,00



Prefeitura do Município
Santa Izabel do Oeste

CNPJ: 76.205.715/0001-42

Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro CEP: 85650-000
Santa Izabel do Oeste / Paraná - E-mail: prefeitura@sio.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE
SANTA IZABEL DO OESTE

			equipamento deverá ser fornecido com controle remoto acompanhado de pilhas ou baterias, devendo ser entregue novo, lacrado de fábrica, em perfeito estado de funcionamento e com garantia mínima de 12 (doze) meses.			
46	10	UND	Projektor com no mínimo 3800 lúmens, com controle remoto, imagem entre 32" - 320" e a resolução nativa do aparelho de 1.280 x 800 (WXGA) com razão de aspecto 16:10, lâmpada de no mínimo 8.000 horas de duração, modo para projeção: frente, atrás e teto e a conexão deverá possuir duas entradas HDMI, entrada para cabo de rede, USB, RCA e saída de áudio p2, o alcance de throw-ratio deve ser de 1.30 (zoom:wide), 1.56 (zoom:tele) e a distância de projeção ou tamanho de tela de 33" to 320" (0.91 to 9.07 m) (zoom:wide). Garantia de no mínimo 01 ano.	149536	R\$ 2.990,00	R\$ 29.900,00
47	25	UND	Adaptador de Video - VGA para HDMI	151825	R\$ 34,22	R\$ 855,50
48	25	UND	Adaptador de Video - HDMI para VGA	151826	R\$ 29,00	R\$ 725,00
49	25	UND	Adaptador de Video - HDMI para DisplayPort	151827	R\$ 38,00	R\$ 950,00
50	25	UND	Adaptador de Video - DisplayPort para HDMI	151828	R\$ 39,40	R\$ 985,00
51	10	UND	Dispositivo de transmissão de mídia sem fio (Chrome Cast ou similar)	151829	R\$ 230,09	R\$ 2.300,90

LOTE IV – ARMAZENAMENTO E MÍDIAS

ITEM	QTD	UND MED	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CÓD. ALMOX.	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
52	5	UND	HD EXTERNO 500 GB USB PORTÁTIL SLIM. Porta USB 3.0 SuperSpeed	151830	R\$ 214,00	R\$ 1.070,00
53	15	UND	HD EXTERNO 1 TB USB PORTÁTIL SLIM. Porta USB 3.0 SuperSpeed	41757	R\$ 404,00	R\$ 6.060,00
54	50	UND	PEN DRIVE interface USB. Peça única (sem necessidade de tampa). Capacidade: 16GB. Velocidade: 10mb/s de leitura e 5mb/s de gravação. temperatura de trabalho: -4° a 185°C.	43794	R\$ 25,00	R\$ 1.250,00
55	75	UND	PEN DRIVE interface USB. Peça única (sem necessidade de tampa). Capacidade: 32GB. Velocidade: 10mb/s de leitura e 5mb/s de gravação. temperatura de trabalho: -4° a 185°C.	41758	R\$ 35,00	R\$ 2.625,00
56	50	UND	SSD 480GB; Formato: 2,5pol; Performance de referência até 500MB/s para leitura e 450MB/s para gravação	42251	R\$ 350,00	R\$ 17.500,00
57	50	UND	SSD 1 TB; Formato: 2,5pol; Performance de referência até 500MB/s para leitura e 450MB/s para gravação	151831	R\$ 580,00	R\$ 29.000,00
58	40	UND	Cartão de memória MicroSD com capacidade mínima de 64 GB, classe de velocidade UHS-I U3 ou superior, velocidade mínima de gravação de 30 MB/s e leitura mínima de 80 MB/s, compatível com dispositivos móveis, câmeras, tablets e adaptadores, resistente a água, choque, raio-X e temperatura,	151832	R\$ 50,81	R\$ 2.032,40



Prefeitura do Município
Santa Izabel do Oeste

CNPJ: 76.205.715/0001-42

Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro CEP: 85650-000
Santa Izabel do Oeste / Paraná - E-mail: prefeitura@sio.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE
SANTA IZABEL DO OESTE

		entregue novo, lacrado de fábrica, acompanhado de adaptador SD, com garantia mínima de 12 meses.			
--	--	--	--	--	--

LOTE V – INFRAESTRUTURA DE REDE E ENERGIA

ITEM	QTD	UND MED	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CÓD. ALMOX.	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
59	20	UND	ADAPTADOR WIFI 300MPBS USB - Capacidade: Até 300Mbps - Certificações: CE, FCC, RoHS - Tipo de Antena: Dual Omni Direcional - Ganho da Antena: 3dBi - Interface: USB 2.0 - Button: QSS Botão / Software - Faixa de Frequências: 2.400 - 2.4835 GHz - Potência de Transmissão sem fio: 20dBm (max. EIRP) - Modo de Trabalho: Ad-Hoc Infraestrutura / mode - Função Especial: WMM, PSP X-LINK - Tipo da Modulação: DBPSK, DQPSK, CCK, OFDM, 16-QAM, 64-QAM Padrão: IEEE 802.11n, IEEE 802.11g, IEEE 802.11b Taxas de Sinal sem fio com fallback automático: 11n: até 300Mbps (dinâmico), 11g: Até 54Mbps (dinâmico), 11b: Até 11Mbps (dinâmico) Sensibilidade do Receptor: 270M:-68dBm @ 10% PER, 130M:-68dBm.	44223	R\$ 62,62	R\$ 1.252,40
60	4600	M	Cabo de rede Cat5e para internet, cabo blindado. Condutores em CCA	42254	R\$ 1,54	R\$ 7.084,00
61	4600	M	Cabo de rede Cat5e para internet, na cor Azul.	47285	R\$ 1,00	R\$ 4.600,00
62	30	UND	Fonte ATX 450W, 80 PLUS, Eficiência mínima Branca, frequência: 50-60Hz;	47291	R\$ 399,99	R\$ 11.999,70
63	30	UND	Fonte ATX 600W, 80 PLUS, Eficiência mínima Branca, frequência: 50-60Hz;	47292	R\$ 379,90	R\$ 11.397,00
64	5	UND	Routerboard para rede, equipado com processador de no mínimo 2 (dois) núcleos, frequência nominal mínima de 1,4 GHz, memória RAM mínima de 1 GB, armazenamento interno mínimo de 128 MB, arquitetura mínima de 32 bits; contendo no mínimo 10 (dez) portas Ethernet 10/100/1000 Mbps, 01 (uma) porta SFP para conexão de fibra óptica e 01 (uma) porta USB 3.0 tipo A; equipamento adequado para montagem em rack padrão 19 polegadas com altura de 1U, devendo possuir certificações CE, EAC e RoHS ou equivalentes, sendo entregue novo, lacrado de fábrica, em perfeito estado de funcionamento e com garantia mínima de 12 (doze) meses.	151833	R\$ 1.950,00	R\$ 9.750,00
65	40	UND	Nobreak com potência mínima de 600 VA, do tipo interativo, com entrada bivolt automática (115/127 V ou 220 V) e saída 115 V, equipado com filtro de linha e estabilizador interno com no mínimo 4 estágios de regulação de tensão, forma de onda senoidal por aproximação (retangular PWM), função DC Start para acionamento do equipamento mesmo na	151834	R\$ 542,03	R\$ 21.681,20



Prefeitura do Município
Santa Izabel do Oeste

CNPJ: 76.205.715/0001-42

Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro CEP: 85650-000
Santa Izabel do Oeste / Paraná - E-mail: prefeitura@sio.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE
SANTA IZABEL DO OESTE

			ausência de rede elétrica, tecnologia Battery Saver para preservação da vida útil da bateria, autodiagnóstico de bateria, medição True RMS para análise precisa das condições da rede elétrica, autoteste ao ser ligado, inversor sincronizado com a rede elétrica (sistema PLL), circuito desmagnetizador para cargas não lineares, sinalização por LED no painel frontal indicando status de operação, incluindo modo rede, modo bateria, subtensão e sobretensão, além de alarme audiovisual para indicação de falhas ou eventos da rede elétrica; equipado com botão liga/desliga temporizado com função mute, porta fusível externo com unidade reserva, devendo ser fornecido novo, lacrado de fábrica, em perfeito estado de funcionamento e com garantia mínima de 12 (doze) meses.			
66	10	UND	Switch gerenciável, com no mínimo 48 (quarenta e oito) portas RJ45 10/100/1000 Mbps e 04 (quatro) portas SFP Gigabit, além de 01 (uma) porta de console RJ45 para gerenciamento, memória mínima de 128 MB, capacidade de comutação mínima de 104 Gbps, taxa de encaminhamento de pacotes mínima de 77,4 Mpps e tabela de endereços MAC mínima de 16.000 entradas; compatível com os protocolos IEEE 802.3i, IEEE 802.3u, IEEE 802.3ab e IEEE 802.3x, devendo suportar recursos de VLAN baseada em porta, VLAN baseada em TAG (802.1Q), VLAN de gerenciamento, VLAN baseada em endereço MAC, Voice VLAN e protocolos GARP/GVRP, com suporte mínimo a 1024 VLANs ativas e até 4094 VLANs em modo túnel; alimentação bivolt automática 50/60 Hz, equipamento adequado para instalação em rack padrão 19 polegadas, devendo possuir certificações FCC, CE e RoHS ou equivalentes, sendo fornecido novo, lacrado de fábrica, em perfeito estado de funcionamento e com garantia mínima de 12 (doze) meses.	151835	R\$4.180,00	R\$ 41.800,00
67	10	UND	Switch gerenciável, com no mínimo 24 (vinte e quatro) portas RJ45 10/100/1000 Mbps, 04 (quatro) portas SFP Gigabit e 01 (uma) porta de console RJ45 para gerenciamento, memória mínima de 128 MB, capacidade de comutação mínima de 56 Gbps, taxa de encaminhamento de pacotes mínima de 38,77 Mpps e tabela de endereços MAC mínima de 16.000 entradas; compatível com os protocolos IEEE 802.3i, IEEE 802.3u, IEEE 802.3ab e IEEE 802.3x, devendo suportar recursos de VLAN baseada em porta, VLAN baseada em TAG (802.1Q), VLAN de gerenciamento, VLAN baseada em endereço MAC, Voice VLAN e protocolos	151836	R\$ 1.453,10	R\$ 14.531,00



Prefeitura do Município
Santa Izabel do Oeste

CNPJ: 76.205.715/0001-42

Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro CEP: 85650-000
Santa Izabel do Oeste / Paraná - E-mail: prefeitura@sio.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE
SANTA IZABEL DO OESTE

			GARP/GVRP, com suporte mínimo a 1024 VLANs ativas e até 4094 VLANs em modo túnel; alimentação bivolt automática 50/60 Hz, adequado para instalação em rack padrão 19 polegadas, devendo possuir certificações FCC, CE e RoHS ou equivalentes, sendo fornecido novo, lacrado de fábrica, em perfeito estado de funcionamento e com garantia mínima de 12 (doze) meses.			
68	15	UND	Switch de rede não gerenciável, com no mínimo 16 (dezesesseis) portas RJ45 10/100/1000 Mbps, memória mínima de 1,5 MB, capacidade de comutação mínima de 32 Gbps, taxa de encaminhamento de pacotes mínima de 23,8 Mpps e tabela de endereços MAC mínima de 8.000 entradas; alimentação bivolt automática (50/60 Hz), destinado à expansão de redes locais, devendo ser fornecido novo, lacrado de fábrica, em perfeito estado de funcionamento e com garantia mínima de 12 (doze) meses.	151837	R\$ 530,00	R\$ 7.950,00
69	20	UND	Switch de rede não gerenciável, com no mínimo 08 (oito) portas RJ45 10/100/1000 Mbps, memória mínima de 1,5 MB, capacidade de comutação mínima de 16 Gbps, taxa de encaminhamento de pacotes mínima de 11,9 Mpps e tabela de endereços MAC mínima de 4.000 entradas; alimentação bivolt automática (50/60 Hz), destinado à expansão de redes locais, devendo ser fornecido novo, lacrado de fábrica, em perfeito estado de funcionamento e com garantia mínima de 12 (doze) meses.	151838	R\$ 164,00	R\$ 3.280,00
70	40	UND	Roteador Access Point para rede sem fio, compatível com padrão Wi-Fi, com velocidade mínima de 300 Mbps, cobertura aproximada mínima de 200 m ² em ambiente aberto, suporte à criação de no mínimo 08 (oito) SSIDs, capacidade para conexão simultânea de no mínimo 100 usuários, com suporte à segmentação de rede por VLAN associada a SSID, destinado à utilização em ambientes corporativos ou institucionais; alimentação por Power over Ethernet (PoE) com fonte/injetor PoE inclusa, devendo ser fornecido novo, lacrado de fábrica, em perfeito estado de funcionamento e com garantia mínima de 12 (doze) meses.	151839	R\$ 400,00	R\$ 16.000,00
71	2000	UND	Conector RJ45 8X8 CAT5E	149534	R\$ 0,34	R\$ 680,00

LOTE VI – TELEFONIA E IMPRESSÃO

ITEM	QTD	UND MED	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CÓD. ALMOX.	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
72	50	UND	Telefone sem fio digital, com tecnologia DECT 6.0 ou equivalente, livre de interferências, com identificador de chamadas compatível com os padrões	151840	R\$ 154,00	R\$ 7.700,00



Prefeitura do Município
Santa Izabel do Oeste

CNPJ: 76.205.715/0001-42

Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro CEP: 85650-000
Santa Izabel do Oeste / Paraná - E-mail: prefeitura@sio.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE
SANTA IZABEL DO OESTE

			DTMF e FSK, equipado com display alfanumérico iluminado, agenda com capacidade mínima para 70 contatos, sincronizada com a base, registro de chamadas recebidas contendo no mínimo 15 chamadas atendidas e 20 chamadas não atendidas, suporte a comunicação interna entre ramais, conferência a três e transferência de chamadas entre aparelhos registrados na mesma base, na cor preta; o produto deverá ser fornecido com 01 aparelho (ramal), 01 base de recarga, bateria recarregável, adaptador de energia bivolt automático e manual do usuário, devendo ser entregue novo, lacrado de fábrica, em perfeito estado de funcionamento e com garantia mínima de 12 (doze) meses.			
73	25	UND	Smartphone, na cor preta, com armazenamento interno mínimo de 128 GB e memória RAM mínima de 4 GB, tela com resolução mínima de 1080 x 2400 pixels, bateria com capacidade mínima de 5.000 mAh, equipado com conjunto de no mínimo três câmeras traseiras e uma câmera frontal, sendo a principal traseira com resolução mínima de 48 MP; com slot para expansão de memória por cartão microSD de até 512 GB, sistema operacional Android 11 ou superior, sensores mínimos de acelerômetro, proximidade e luminosidade, leitor biométrico, compatível com rede 4G ou superior, suporte a chip físico Nano-SIM e tecnologia e-SIM, conectividade Wi-Fi e Bluetooth; o produto deverá ser fornecido acompanhado de carregador rápido de no mínimo 15 W, cabo USB compatível, fone de ouvido, ferramenta extratora de chip e manual do usuário, devendo ser entregue novo, lacrado de fábrica e com garantia mínima de 12 (doze) meses.	151841	R\$ 1,290,00	R\$ 32.250,00
74	5	UND	Scanner de documentos profissional, com alimentador automático de documentos (ADF), suporte a digitalização nos modos simplex e duplex, com captura em colorido, escala de cinza e preto e branco; equipado com sensor de detecção de alimentação múltipla por ultrassom e sensor de presença de papel, permitindo maior confiabilidade no processo de digitalização; compatível com documentos de tamanho mínimo aproximado de 50,8 x 54 mm, com suporte à digitalização de documentos até formato A3 mediante uso de folha de transporte, bem como cartões plásticos com espessura de até 1,4 mm; velocidade mínima de digitalização de 60 páginas por minuto (ppm) em formato A4 a 200 DPI, ou 120 imagens por minuto (ipm) em modo duplex, bandeja de entrada com capacidade mínima para 500 folhas, permitindo alimentação contínua;	151842	R\$ 2.688,05	R\$ 13.440,25



Prefeitura do Município
Santa Izabel do Oeste

CNPJ: 76.205.715/0001-42

Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro CEP: 85650-000
Santa Izabel do Oeste / Paraná - E-mail: prefeitura@sio.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE
SANTA IZABEL DO OESTE

			resolução óptica mínima de 600 DPI, interface de comunicação USB 2.0 ou superior; com suporte a compactação de arquivos nos formatos JPEG e PDF por hardware, recursos de detecção automática de orientação do documento (90°, 180° e 270°), detecção automática de cores e de tamanho do documento, além de funções de correção de imagem, remoção automática de páginas em branco, remoção eletrônica de cores, saída multi-imagem (colorido, escala de cinza ou preto e branco) e separação automática de imagens, devendo ser fornecido novo, lacrado de fábrica, em perfeito estado de funcionamento e com garantia mínima de 12 (doze) meses.			
--	--	--	---	--	--	--

LOTE VII – PERIFÉRICOS E ACESSÓRIOS

ITEM	QTD	UND MED	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CÓD. ALMOX.	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
75	02	UND	Scanner biométrico para captura de impressões digitais, compatível com sistemas oficiais de emissão de documentos de identidade utilizados pelo Estado, com tecnologia de leitura óptica ou equivalente, devendo possuir qualidade de captura adequada para identificação biométrica, interface de conexão USB, compatível com sistemas operacionais utilizados pelo equipamento de atendimento; deverá ser compatível com o sistema de identidade utilizado pelo órgão estadual, sendo aceito equipamento equivalente ao modelo eNBioScan-D Plus da marca Nitgen ou outro homologado e compatível com o sistema oficial, devendo ser fornecido novo, lacrado de fábrica e com garantia mínima de 12 (doze) meses.	151867	R\$ 6.295,00	R\$ 12.590,00
76	02	UND	Câmera webcam para captura de imagens, resolução mínima Full HD (1080p), conexão USB, com foco automático ou fixo, adequada para captura de fotografias para documentos oficiais, compatível com sistemas operacionais Windows ou equivalentes; deverão ser aceitos equipamentos compatíveis com o sistema de identificação utilizado, incluindo modelos equivalentes a Microsoft LifeCam HD-3000, Microsoft LifeCam Cinema, Logitech HD Pro C925e, Logitech C920s HD Pro ou C3Tech Full HD 1080p, devendo ser fornecida nova, lacrada de fábrica e com garantia mínima de 12 (doze) meses.	151868	R\$ 152,00	R\$ 304,00
77	02	UND	Tripé rolo para fundo fotográfico, com estrutura ajustável em altura, largura aproximada de 80 cm e altura mínima de 1,50 m, adequado para utilização de fundo branco em captura de fotos para documentos oficiais, devendo possuir	151869	R\$ 135,00	R\$ 270,00



			estrutura estável e regulagem de altura, na cor branca, sendo fornecido novo e em perfeito estado de funcionamento.			
78	02	UND	Banqueta com regulagem de altura, destinada à captura de fotografias para documentos de identidade, especialmente para crianças, com estrutura resistente, base estável e assento confortável, permitindo ajuste de altura conforme necessidade do operador.	151870	R\$ 297,23	R\$ 594,46
79	02	UND	Bebê conforto ou assento infantil, destinado à acomodação segura de recém-nascidos e bebês durante a captura de fotografias para documentos de identidade, com estrutura segura, base estável e revestimento confortável, devendo ser fornecido novo e em perfeito estado de conservação.	151871	R\$ 294,00	R\$ 588,00

Valor Total R\$ 1.009.098,61

25.2. O prazo de vigência da ata de Registro de Preço será **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado por igual período em caso de interesse público, mediante termo aditivo firmado entre contratante e contratada.

25.3. O objeto do presente termo de referência se configura como **aquisição de bens comuns**, conforme inciso XIII, art. 6º, da Lei 14.133/21, tendo em vista as aquisições parceladas de materiais e equipamentos, de acordo com as necessidades das secretarias solicitantes.

25.4. Documentos para qualificação técnica:

25.4.1. Apresentar **atestado de capacidade técnica compatível com o objeto do certame** para fins de comprovação da qualidade dos bens entregues.

25.5. Da Apresentação de Catálogos e/ou Amostras:

25.5.1. A licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta, catálogo, folder, ficha técnica ou documento equivalente dos produtos ofertados, contendo especificações detalhadas que permitam a verificação do atendimento às exigências deste Termo de Referência.

25.5.2. Os documentos deverão identificar de forma clara a marca e o modelo dos produtos ofertados.

25.5.3. A Administração poderá solicitar, a qualquer tempo, a apresentação de amostra física dos itens ao vencedor, para fins de verificação de conformidade com as especificações técnicas.

25.6. A não apresentação dos documentos exigidos ou a impossibilidade de aferição das especificações poderá ensejar a desclassificação da proposta.

26.FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO



26.1. A presente contratação tem por finalidade atender às necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura de Santa Izabel do Oeste/PR quanto à modernização, ampliação e manutenção da infraestrutura tecnológica utilizada nas atividades administrativas e operacionais da Administração Pública.

Atualmente, parte dos equipamentos de informática e da infraestrutura de rede utilizados pelos diversos setores da Prefeitura apresenta sinais de obsolescência tecnológica, o que pode comprometer a eficiência das atividades administrativas, a segurança da informação e o adequado funcionamento dos sistemas utilizados pela Administração Municipal.

Nesse contexto, torna-se necessária a realização de processo licitatório para registro de preços visando à futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais de informática, dispositivos de rede, periféricos e equipamentos destinados ao setor de identificação civil.

A contratação permitirá a padronização dos equipamentos utilizados pelos diferentes setores da Administração, a ampliação da capacidade de armazenamento de dados, a melhoria da conectividade entre os órgãos municipais e melhores condições de trabalho aos servidores públicos.

Além disso, a adoção do sistema de registro de preços possibilita maior flexibilidade na gestão da contratação, permitindo que a Administração adquira os bens conforme a necessidade ao longo do período de vigência da ata, observando os princípios da eficiência, economicidade e planejamento das contratações públicas.

Dessa forma, a presente contratação mostra-se necessária para garantir a continuidade e a melhoria dos serviços públicos prestados à população, bem como para assegurar o adequado funcionamento das atividades administrativas da Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste/PR.

27. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

27.1. A solução proposta consiste na realização de processo licitatório, na modalidade adequada, visando ao registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos, materiais relacionados à área de tecnologia da informação e comunicação, destinados ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais da Prefeitura de Santa Izabel do Oeste/PR.

A contratação contempla o fornecimento de equipamentos de informática, periféricos, dispositivos de rede, sistemas de armazenamento de dados, equipamentos de telefonia, bem como equipamentos destinados ao setor de identificação civil.

A solução foi estruturada em 07 (sete) lotes, com o objetivo de organizar os itens por natureza e especialidade, ampliar a competitividade entre fornecedores e facilitar a gestão e fiscalização da futura contratação.

27.2. A divisão dos lotes contempla os seguintes grupos de itens:

- **Lote I – Computadores e Mobilidade**
 - Compreende equipamentos destinados às estações de trabalho da Administração Municipal, tais como computadores de mesa, notebooks e tablets.
- **Lote II – Periféricos e Acessórios**



- Inclui periféricos de uso cotidiano, componentes e acessórios de informática, como mouses, teclados, memórias, suportes ergonômicos, carregadores, pilhas e baterias, entre outros.
- **Lote III – Áudio e Vídeo**
 - Contempla monitores, webcams, projetores, televisores, cabos e adaptadores de vídeo necessários às atividades administrativas e institucionais.
- **Lote IV – Armazenamento de Dados**
 - Compreende dispositivos de armazenamento, como HDs externos, SSDs, pen drives e cartões de memória.
- **Lote V – Rede e Energia**
 - Inclui equipamentos e materiais destinados à infraestrutura de rede e alimentação elétrica, como switches, roteadores, cabeamento estruturado, conectores e nobreaks.
- **Lote VI – Telefonia e Impressão**
 - Abrange equipamentos relacionados à comunicação e digitalização de documentos, como telefones, smartphones, módulos de telefonia e scanners.
- **Lote VII – Equipamentos para Identificação Civil**
 - Inclui equipamentos destinados ao setor responsável pela emissão de documentos de identidade, como scanners biométricos, webcams para captura de imagem, tripés fotográficos e acessórios específicos.

27.3. A solução proposta permitirá a modernização da infraestrutura tecnológica da Administração Municipal, proporcionando maior eficiência nas atividades administrativas, fortalecimento da infraestrutura tecnológica da Administração Municipal, fortalecimento da infraestrutura de rede e melhores condições de trabalho aos servidores públicos.

28. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

28.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 28.1.1.** Preferência por equipamentos com maior eficiência energética;
- 28.1.2.** Observância às normas ambientais vigentes quanto à fabricação, utilização e descarte de equipamentos eletrônicos;
- 28.1.3.** Atendimento às certificações ambientais aplicáveis, como RoHS ou equivalentes.
- 28.1.4.** Na presente contratação, **poderá haver indicação de marca e/ou modelo para determinados itens**, exclusivamente



como referência de qualidade, padronização e compatibilidade, conforme as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.

- 28.1.5.** A eventual indicação de marca e/ou modelo **não restringe a competitividade**, sendo admitidos produtos equivalentes, similares ou superiores, desde que comprovado, por meio de documentação técnica idônea, o atendimento integral às especificações exigidas

Subcontratação

28.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

28.3. Não haverá exigência de garantia da contratação, conforme previsto no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza e o valor estimado da contratação.

29. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E ORÇAMENTOS

29.1. O custo estimado total da presente contratação é de **R\$ 1.009.098,61 (um milhão, nove mil, noventa e oito reais e sessenta e um centavos)**, conforme planilha de estimativa de preços atualizada e documentos de pesquisa de mercado anexos ao processo.

29.2. A pesquisa de preços foi realizada pelo servidor **Guilherme Dal Molin Kerschner e Vitor Mateus Serafini de Lima**, em conformidade com os procedimentos estabelecidos na Instrução Normativa nº 65/2021, observando-se os parâmetros aplicáveis à formação de preços em contratações públicas.

29.3. Registra-se que a pesquisa de preços passou por **readequação**, com revisão das fontes consultadas e dos valores obtidos, visando assegurar maior aderência às condições atuais de mercado e fidedignidade na estimativa da contratação.

29.4. Para a composição dos preços estimados, foram utilizadas, prioritariamente, referências de contratações similares realizadas por outros órgãos públicos, por meio de consultas ao Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), complementadas, quando necessário, por pesquisa em sítios eletrônicos especializados e junto a fornecedores do ramo.

29.5. Considerando as especificidades técnicas de determinados itens e a limitação de referências disponíveis em bases públicas, foram também utilizados orçamentos obtidos junto a fornecedores, selecionados com base na atuação no segmento e na aptidão para fornecimento dos itens pretendidos.

29.6. Ressalta-se que, durante a realização da pesquisa de preços, foram contatados diversos fornecedores do ramo, visando à ampliação da competitividade e à obtenção do maior número possível de cotações válidas. Contudo, nem todos apresentaram retorno efetivo, conforme detalhado a seguir:



Prefeitura do Município
Santa Izabel do Oeste

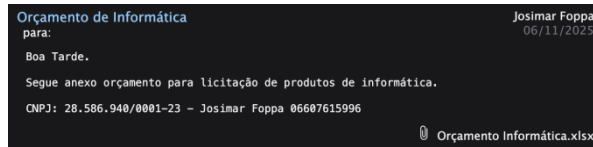
CNPJ: 76.205.715/0001-42

Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro CEP: 85650-000
Santa Izabel do Oeste / Paraná - E-mail: prefeitura@sio.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE
SANTA IZABEL DO OESTE

29.6.1. Josimar Foppa: contato através de e-mail o qual encaminhou o orçamento;



29.6.2. **Criativa Smart:** não demonstrou interesse em cotar os produtos solicitados;



29.6.3. **Net Informática:** foi contatada e demonstrou interesse inicial, porém não encaminhou orçamento até o momento;



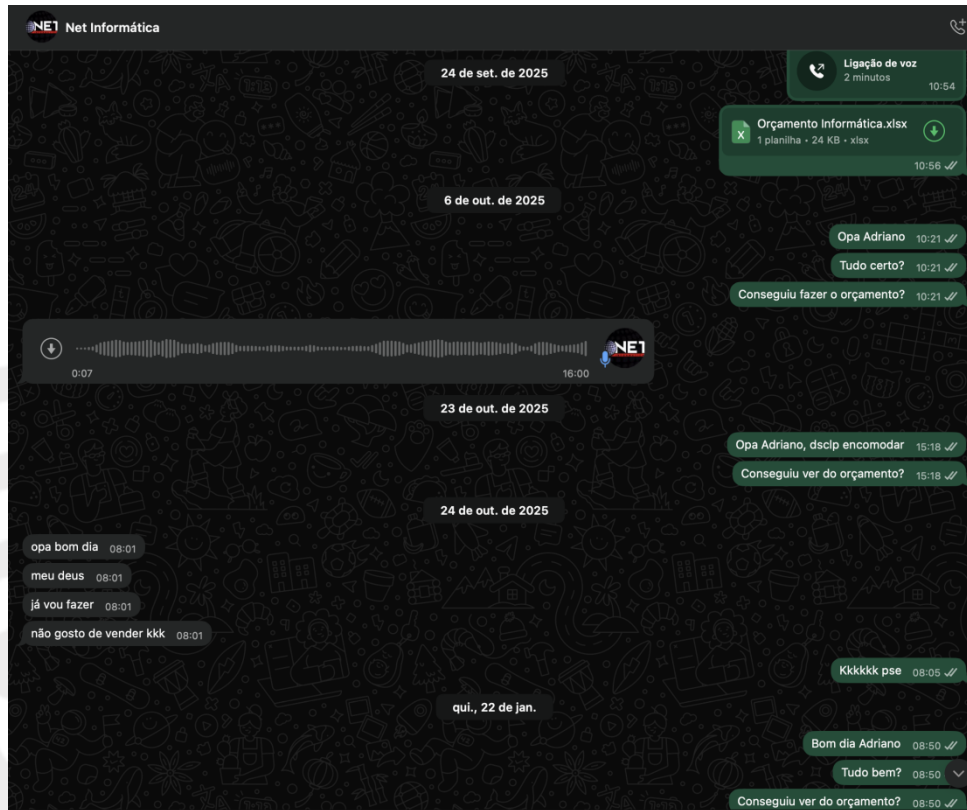
Prefeitura do Município Santa Izabel do Oeste

CNPJ: 76.205.715/0001-42

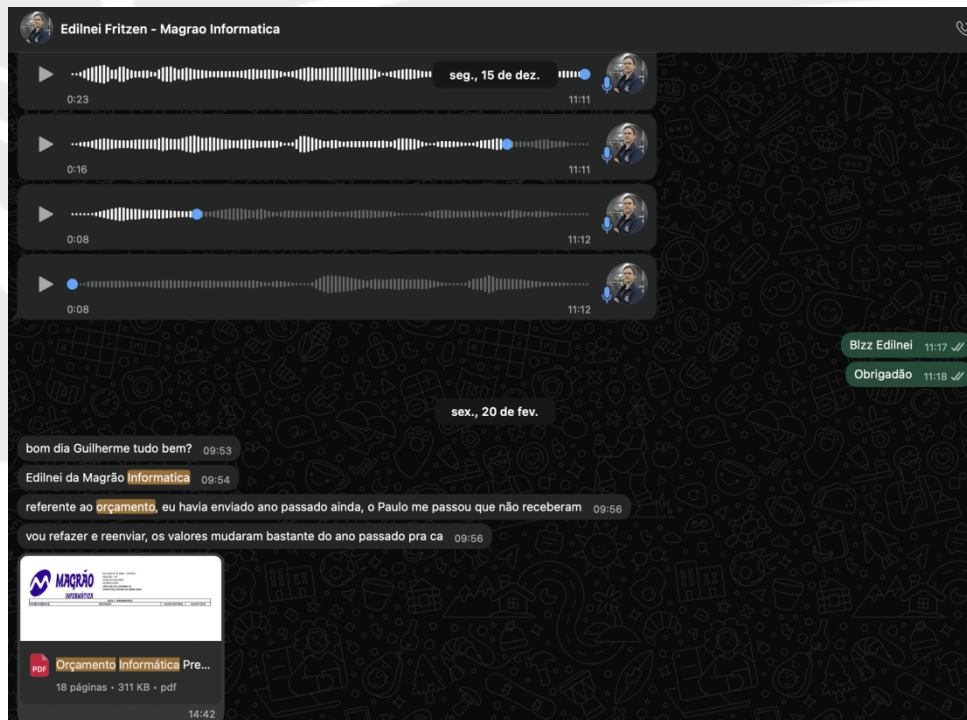
Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro CEP: 85650-000
Santa Izabel do Oeste / Paraná - E-mail: prefeitura@sio.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE
SANTA IZABEL DO OESTE

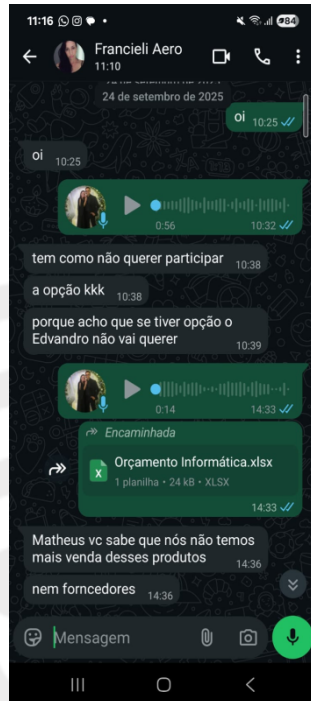


29.6.4. **Magrão Informática:** encaminhou orçamento parcial, contemplando apenas alguns dos itens solicitados;





29.6.5. ASM (Aero Informática): informou não atuar mais na comercialização de equipamentos.



29.7. Diante do exposto, registra-se que as tentativas de obtenção de propostas foram devidamente realizadas pelo setor responsável, sendo que todas as tratativas serão comprovadas por meio de registros documentais, tais como comunicações eletrônicas, prints e demais anexos constantes no processo.

30. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de entrega

30.1. Os bens serão fornecidos de forma **parcelada**, conforme a necessidade da Administração Municipal, mediante emissão de Autorização de Fornecimento ou Ordem de Compra, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.

30.2. O prazo de entrega dos bens será de até **15 (quinze) dias**, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento ou documento equivalente emitido pela Administração.

30.3. Caso não seja possível a entrega no prazo estabelecido, a empresa deverá comunicar formalmente à Administração as razões do atraso com antecedência mínima de **03 (três) dias úteis**, para análise de eventual prorrogação, ressalvadas as situações de caso fortuito ou força maior.

30.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

30.4.1. Almoxarifado Municipal de Santa Izabel do Oeste/PR
Rua Guajuvira esquina com Rua Canela, 1314, Bairro Santo Antônio, CEP: 85650-000, Responsável: **Célio Feltrin, Contato: 46988037358**



30.4.2. Horários: Segunda a Sexta das 08h00 – 11h00, 13h30m as 16h30m

30.5. Os produtos deverão ser entregues novos, lacrados de fábrica, acompanhados de manuais, acessórios e demais itens necessários ao seu pleno funcionamento, quando aplicável.

31. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E OBRIGAÇÕES

31.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

31.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

31.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

31.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

31.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

31.6. A Contratada obriga-se a:

31.6.1. Cumprir o disposto no Termo de Conduta nº 55/2023, firmado entre o Município de Santa Izabel do Oeste e o Ministério Público do Trabalho;

31.6.2. Efetuar a entrega dos bens, materiais em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

31.6.3. Acompanhar os bens, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

31.6.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

31.6.5. A critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, o produto com avarias ou defeitos



- 31.6.6.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- 31.6.7.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 31.6.8.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- 31.6.9.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 31.6.10.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- 31.6.11.** Emitir documento comprobatório do fornecimento das mercadorias, sendo acompanhado de boleto bancário com vencimento na data estabelecida no contrato. Em caso de a empresa fazer a opção por pagamento através de transferência bancária (transferência/TED/PIX), esta responsabiliza-se pelo pagamento de todas as tarifas bancárias, autorizando ao ente público efetuar o desconto da tarifa junto ao valor a ser creditado.

31.7. A Contratante obriga-se a:

- 31.7.1.** Cumprir o disposto no Termo de Conduta nº 55/2023, firmado entre o Município de Santa Izabel do Oeste e o Ministério Público do Trabalho
- 31.7.2.** Receber provisoriamente os bens, materiais, disponibilizando local, data e horário;
- 31.7.3.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens, materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- 31.7.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 31.7.5.** Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 31.7.6.** Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos.



31.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados a execução do objeto do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados prepostos ou subordinados.

Fiscalização

31.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

31.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

31.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

31.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

31.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

31.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

31.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

31.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

31.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

31.18. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

31.18.1. Conferência dos equipamentos entregues, verificando a conformidade com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência e na proposta vencedora.



- 31.18.2.** Registro das ocorrências relacionadas à execução do contrato, incluindo atrasos na entrega, falhas no funcionamento dos equipamentos, necessidade de manutenção ou substituição de itens fornecidos.
- 31.18.3.** Acompanhamento dos prazos de garantia dos equipamentos.
- 31.18.4.** Emissão de atesto de recebimento definitivo dos bens, após verificação da conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

31.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

31.20. Cabe ao gestor do contrato:

- 31.20.1.** coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 31.20.2.** acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 31.20.3.** acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 31.20.4.** emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 31.20.5.** tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.



- 31.20.6.** elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 31.20.7.** enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

32. MEDIDAS ACAUTELADORAS

32.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

33. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

33.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da CONTRATADA, sujeitando-a as seguintes penalidades:

I – Advertência, que será aplicada sempre por escrito;

II – Multa, nos seguintes percentuais:

a. multa no importe de, no mínimo, 0,5% (cinco décimas por cento) e de, no máximo, 30% (trinta por cento) do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, podendo ainda ser rescindido o contrato e aplicadas outras penalidades.

III – Suspensão temporária do direito de licitar com a Administração Pública Municipal, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

V – Rescisão unilateral do Contrato, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento de indenização à CONTRATANTE por perdas e danos;

VI – Indenização à CONTRATANTE da diferença de custo para contratação de outro licitante;

VII – As sanções previstas nesta Cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa a CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

VIII – Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

a. Consideram-se motivos de força maior ou caso fortuito: atos de inimigo público, guerra, revolução, bloqueios, epidemias, fenômenos meteorológicos de vulto, perturbações civis, ou acontecimentos assemelhados que fujam ao controle razoável de qualquer das partes contratantes.



§ 1º - A CONTRATANTE é competente para aplicar, nos termos da Lei Federal 14.133/21 e da Lei Municipal 2.598/23, as penalidades de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

§ 2º - As multas estipuladas no inciso II desta cláusula serão aplicadas nas demais hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas.

§ 3º - O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido à CONTRATANTE no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da notificação, podendo ainda, ser descontado das Notas Fiscais e/ou Faturas por ocasião do pagamento, ou cobrado judicialmente se julgar conveniente.

§ 4º - A critério da Administração poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega de bens for devidamente justificado pela firma e aceito pela CONTRATANTE, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

34. DOS REAJUSTES E REEQUILÍBRIOS DE PREÇO

34.1. O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, para mais ou para menos, poderá ser concedido, desde que devidamente comprovado, nas seguintes hipóteses:

34.1.1. **Para mais:** na ocorrência de fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, que onerem excessivamente a execução do contrato, bem como nos casos de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, caracterizando álea econômica extraordinária e extracontratual;

34.1.2. **Para menos:** quando verificado que os valores contratados se tornaram superiores aos praticados no mercado.

34.2. Para a formalização do pedido de reequilíbrio, a CONTRATADA deverá apresentar requerimento fundamentado, acompanhado de documentação comprobatória idônea, demonstrando a efetiva ocorrência do desequilíbrio econômico-financeiro.

34.3. A iniciativa e o ônus da comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro competem à CONTRATADA, cabendo à Administração a análise e deliberação quanto ao pleito.

34.4. A CONTRATADA declara ciência de que os valores ofertados durante o certame são de sua exclusiva responsabilidade, não sendo admitido pedido de reequilíbrio decorrente de proposta inexequível ou de descontos excessivos ofertados com o objetivo de obtenção da contratação.

34.5. Não comprovada a ocorrência de fato superveniente e o efetivo desequilíbrio, o pedido será indeferido, permanecendo a CONTRATADA obrigada ao cumprimento das condições pactuadas, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

34.6. Para eventual deferimento do reequilíbrio, a CONTRATADA deverá apresentar planilha de custos atualizada, acompanhada de documentos fiscais e demais elementos que comprovem a variação dos preços, sendo



que a revisão será concedida na medida da efetiva comprovação do impacto nos custos.

34.7. A Administração poderá realizar pesquisas de mercado paralelas para verificação da vantajosidade dos valores apresentados, podendo indeferir o pedido caso constatada a manutenção de condições favoráveis de fornecimento.

34.8. O reequilíbrio econômico-financeiro, quando concedido, será formalizado por meio de termo aditivo, não produzindo efeitos retroativos em relação a ordens de fornecimento já emitidas.

35. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (CONFORME TCE-PR)

35.1. Nos termos da **Acórdão nº 392/26 do TCE-PR**, admite-se a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços por igual período, tanto em relação ao quantitativo remanescente quanto à totalidade do objeto registrado, desde que haja previsão expressa no edital e na respectiva ata.

35.2. A prorrogação deverá ocorrer necessariamente **antes do término da vigência da ata**, ou antes do esgotamento do objeto registrado, o que ocorrer primeiro.

35.3. Para a prorrogação, a Administração deverá comprovar formalmente:

35.3.1. **vantajosidade dos preços registrados**, mediante nova pesquisa de mercado ou outros meios idôneos;

35.3.2. **a compatibilidade com o Plano de Contratações Anual(PCA);**

35.3.3. **a motivação administrativa**, demonstrando o interesse público na continuidade da contratação.

35.4. A eventual prorrogação deverá ser formalizada por meio de instrumento próprio, com a devida justificativa e autorização da autoridade competente.

35.5. Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços permanecerão sujeitos às regras de alteração contratual previstas na Lei nº 14.133/2021, inclusive quanto aos acréscimos e supressões quantitativas, nos termos do art. 125.

36. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Ref. Dotação	Órgão/ Unidade	Funcional Programática	Elemento de Despesa	Fonte
46	03.001	4.122.0014.2.500	3.3.3.90.30.17.00	00000
46	03.001	4.122.0014.2.500	3.3.3.90.30.26.00	00000
46	03.001	4.122.0014.2.500	3.3.3.90.30.28.00	00000
46	03.001	4.122.0014.2.500	3.3.3.90.30.30.00	00000
46	03.001	4.122.0014.2.500	3.3.3.90.30.39.99	00000
50	03.001	4.122.0014.2.500	3.3.3.90.39.20.00	00000
52	03.001	4.122.0014.2.500	3.4.4.90.52.06.00	00000
52	03.001	4.122.0014.2.500	3.4.4.90.52.30.00	00000
52	03.001	4.122.0014.2.500	3.4.4.90.52.33.00	00000
52	03.001	4.122.0014.2.500	3.4.4.90.52.35.00	00000



Prefeitura do Município
Santa Izabel do Oeste

CNPJ: 76.205.715/0001-42

Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro CEP: 85650-000
Santa Izabel do Oeste / Paraná - E-mail: prefeitura@sio.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE
SANTA IZABEL DO OESTE

52	03.001	4.122.0014.2.500	3.4.4.90.52.42.00	00000
88	04.001	4.123.0015.2.006	3.3.3.90.30.17.00	00000
88	04.001	4.123.0015.2.006	3.3.3.90.30.26.00	00000
88	04.001	4.123.0015.2.006	3.3.3.90.30.28.00	00000
88	04.001	4.123.0015.2.006	3.3.3.90.30.30.00	00000
88	04.001	4.123.0015.2.006	3.3.3.90.30.39.99	00000
92	04.001	4.123.0015.2.006	3.3.3.90.39.20.00	00000
97	04.001	4.123.0015.2.006	3.4.4.90.52.06.00	00000
97	04.001	4.123.0015.2.006	3.4.4.90.52.30.00	00000
97	04.001	4.123.0015.2.006	3.4.4.90.52.33.00	00000
97	04.001	4.123.0015.2.006	3.4.4.90.52.35.00	00000
97	04.001	4.123.0015.2.006	3.4.4.90.52.42.00	00000
138	05.002	4.122.0014.2.500	3.3.3.90.30.17.00	00000
138	05.002	15.452.0004.2.008	3.3.3.90.30.26.00	00000
138	05.002	15.452.0004.2.008	3.3.3.90.30.28.00	00000
138	05.002	15.452.0004.2.008	3.3.3.90.30.30.00	00000
138	05.002	15.452.0004.2.008	3.3.3.90.30.39.99	00000
142	05.002	15.452.0004.2.008	3.3.3.90.39.20.00	00000
146	05.002	15.452.0004.2.008	3.4.4.90.52.06.00	00000
146	05.002	15.452.0004.2.008	3.4.4.90.52.30.00	00000
146	05.002	15.452.0004.2.008	3.4.4.90.52.33.00	00000
146	05.002	15.452.0004.2.008	3.4.4.90.52.35.00	00000
146	05.002	15.452.0004.2.008	3.4.4.90.52.42.00	00000
161	06.001	4.122.0013.2.004	3.3.3.90.30.17.00	00000
161	06.001	4.122.0013.2.004	3.3.3.90.30.26.00	00000
161	06.001	4.122.0013.2.004	3.3.3.90.30.28.00	00000
161	06.001	4.122.0013.2.004	3.3.3.90.30.30.00	00000
161	06.001	4.122.0013.2.004	3.3.3.90.30.39.99	00000
166	06.001	4.122.0013.2.004	3.3.3.90.39.20.00	00000
170	06.001	4.122.0013.2.004	3.4.4.90.52.06.00	00000
170	06.001	4.122.0013.2.004	3.4.4.90.52.30.00	00000
170	06.001	4.122.0013.2.004	3.4.4.90.52.33.00	00000
170	06.001	4.122.0013.2.004	3.4.4.90.52.35.00	00000
170	06.001	4.122.0013.2.004	3.4.4.90.52.42.00	00000
209	07.001	12.361.0007.2.148	3.3.3.90.30.17.00	00103
209	07.001	12.361.0007.2.148	3.3.3.90.30.26.00	00103
209	07.001	12.361.0007.2.148	3.3.3.90.30.28.00	00103
209	07.001	12.361.0007.2.148	3.3.3.90.30.30.00	00103
209	07.001	12.361.0007.2.148	3.3.3.90.30.39.99	00103
215	07.001	12.361.0007.2.148	3.3.3.90.39.20.00	00103
220	07.001	12.361.0007.2.148	3.4.4.90.52.06.00	00103
220	07.001	12.361.0007.2.148	3.4.4.90.52.30.00	00103
220	07.001	12.361.0007.2.148	3.4.4.90.52.33.00	00103
220	07.001	12.361.0007.2.148	3.4.4.90.52.35.00	00103
220	07.001	12.361.0007.2.148	3.4.4.90.52.42.00	00103
210	07.001	12.361.0007.2.148	3.3.3.90.30.17.00	00104
210	07.001	12.361.0007.2.148	3.3.3.90.30.26.00	00104
210	07.001	12.361.0007.2.148	3.3.3.90.30.28.00	00104
210	07.001	12.361.0007.2.148	3.3.3.90.30.30.00	00104
210	07.001	12.361.0007.2.148	3.3.3.90.30.39.99	00104
216	07.001	12.361.0007.2.148	3.3.3.90.39.20.00	00104
221	07.001	12.361.0007.2.148	3.4.4.90.52.06.00	00104
221	07.001	12.361.0007.2.148	3.4.4.90.52.30.00	00104
221	07.001	12.361.0007.2.148	3.4.4.90.52.33.00	00104



Prefeitura do Município
Santa Izabel do Oeste

CNPJ: 76.205.715/0001-42

Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro CEP: 85650-000
Santa Izabel do Oeste / Paraná - E-mail: prefeitura@sio.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE
SANTA IZABEL DO OESTE

221	07.001	12.361.0007.2.148	3.4.4.90.52.35.00	00104
221	07.001	12.361.0007.2.148	3.4.4.90.52.42.00	00104
236	07.001	12.365.0007.2.149	3.3.3.90.30.17.00	00103
236	07.001	12.365.0007.2.149	3.3.3.90.30.26.00	00103
236	07.001	12.365.0007.2.149	3.3.3.90.30.28.00	00103
236	07.001	12.365.0007.2.149	3.3.3.90.30.30.00	00103
236	07.001	12.365.0007.2.149	3.3.3.90.30.39.99	00103
242	07.001	12.365.0007.2.149	3.3.3.90.39.20.00	00103
246	07.001	12.365.0007.2.149	3.4.4.90.52.06.00	00103
246	07.001	12.365.0007.2.149	3.4.4.90.52.30.00	00103
246	07.001	12.365.0007.2.149	3.4.4.90.52.33.00	00103
246	07.001	12.365.0007.2.149	3.4.4.90.52.35.00	00103
246	07.001	12.365.0007.2.149	3.4.4.90.52.42.00	00103
237	07.001	12.365.0007.2.149	3.3.3.90.30.17.00	00104
237	07.001	12.365.0007.2.149	3.3.3.90.30.26.00	00104
237	07.001	12.365.0007.2.149	3.3.3.90.30.28.00	00104
237	07.001	12.365.0007.2.149	3.3.3.90.30.30.00	00104
237	07.001	12.365.0007.2.149	3.3.3.90.30.39.99	00104
243	07.001	12.365.0007.2.149	3.3.3.90.39.20.00	00104
247	07.001	12.365.0007.2.149	3.4.4.90.52.06.00	00104
247	07.001	12.365.0007.2.149	3.4.4.90.52.30.00	00104
247	07.001	12.365.0007.2.149	3.4.4.90.52.33.00	00104
247	07.001	12.365.0007.2.149	3.4.4.90.52.35.00	00104
247	07.001	12.365.0007.2.149	3.4.4.90.52.42.00	00104
314	08.001	27.812.0008.2.031	3.3.3.90.30.17.00	00000
314	08.001	27.812.0008.2.031	3.3.3.90.30.26.00	00000
314	08.001	27.812.0008.2.031	3.3.3.90.30.28.00	00000
314	08.001	27.812.0008.2.031	3.3.3.90.30.30.00	00000
314	08.001	27.812.0008.2.031	3.3.3.90.30.39.99	00000
319	08.001	27.812.0008.2.031	3.3.3.90.39.20.00	00000
321	08.001	27.812.0008.2.031	3.4.4.90.52.06.00	00000
321	08.001	27.812.0008.2.031	3.4.4.90.52.30.00	00000
321	08.001	27.812.0008.2.031	3.4.4.90.52.33.00	00000
321	08.001	27.812.0008.2.031	3.4.4.90.52.35.00	00000
321	08.001	27.812.0008.2.031	3.4.4.90.52.42.00	00000
362	09.002	10.301.0024.2.110	3.3.3.90.30.17.00	00303
362	09.002	10.301.0024.2.110	3.3.3.90.30.26.00	00303
362	09.002	10.301.0024.2.110	3.3.3.90.30.28.00	00303
362	09.002	10.301.0024.2.110	3.3.3.90.30.30.00	00303
362	09.002	10.301.0024.2.110	3.3.3.90.30.39.99	00303
375	09.002	10.301.0024.2.110	3.3.3.90.39.20.00	00303
380	09.002	10.301.0024.2.110	3.4.4.90.52.06.00	00303
380	09.002	10.301.0024.2.110	3.4.4.90.52.30.00	00303
380	09.002	10.301.0024.2.110	3.4.4.90.52.33.00	00303
380	09.002	10.301.0024.2.110	3.4.4.90.52.35.00	00303
380	09.002	10.301.0024.2.110	3.4.4.90.52.42.00	00303
363	09.002	10.301.0024.2.110	3.3.3.90.30.17.00	00377
363	09.002	10.301.0024.2.110	3.3.3.90.30.26.00	00377
363	09.002	10.301.0024.2.110	3.3.3.90.30.28.00	00377
363	09.002	10.301.0024.2.110	3.3.3.90.30.30.00	00377
363	09.002	10.301.0024.2.110	3.3.3.90.30.39.99	00377
376	09.002	10.301.0024.2.110	3.3.3.90.39.20.00	00377
364	09.002	10.301.0024.2.110	3.3.3.90.30.17.00	00494
364	09.002	10.301.0024.2.110	3.3.3.90.30.26.00	00494



Prefeitura do Município
Santa Izabel do Oeste

CNPJ: 76.205.715/0001-42

Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro CEP: 85650-000
Santa Izabel do Oeste / Paraná - E-mail: prefeitura@sio.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE
SANTA IZABEL DO OESTE

364	09.002	10.301.0024.2.110	3.3.3.90.30.28.00	00494
364	09.002	10.301.0024.2.110	3.3.3.90.30.30.00	00494
364	09.002	10.301.0024.2.110	3.3.3.90.30.39.99	00494
377	09.002	10.301.0024.2.110	3.3.3.90.39.20.00	00494
381	09.002	10.301.0024.2.110	3.4.4.90.52.06.00	00494
381	09.002	10.301.0024.2.110	3.4.4.90.52.30.00	00494
381	09.002	10.301.0024.2.110	3.4.4.90.52.33.00	00494
381	09.002	10.301.0024.2.110	3.4.4.90.52.35.00	00494
381	09.002	10.301.0024.2.110	3.4.4.90.52.42.00	00494
435	09.002	10.302.0028.2.114	3.3.3.90.30.17.00	00303
435	09.002	10.302.0028.2.114	3.3.3.90.30.26.00	00303
435	09.002	10.302.0028.2.114	3.3.3.90.30.28.00	00303
435	09.002	10.302.0028.2.114	3.3.3.90.30.30.00	00303
435	09.002	10.302.0028.2.114	3.3.3.90.30.39.99	00303
444	09.002	10.302.0028.2.114	3.3.3.90.39.20.00	00303
447	09.002	10.302.0028.2.114	3.4.4.90.52.06.00	00303
447	09.002	10.302.0028.2.114	3.4.4.90.52.30.00	00303
447	09.002	10.302.0028.2.114	3.4.4.90.52.33.00	00303
447	09.002	10.302.0028.2.114	3.4.4.90.52.35.00	00303
447	09.002	10.302.0028.2.114	3.4.4.90.52.42.00	00303
436	09.002	10.302.0028.2.114	3.3.3.90.30.17.00	00377
436	09.002	10.302.0028.2.114	3.3.3.90.30.26.00	00377
436	09.002	10.302.0028.2.114	3.3.3.90.30.28.00	00377
436	09.002	10.302.0028.2.114	3.3.3.90.30.30.00	00377
436	09.002	10.302.0028.2.114	3.3.3.90.30.39.99	00377
445	09.002	10.302.0028.2.114	3.3.3.90.39.20.00	00377
437	09.002	10.302.0028.2.114	3.3.3.90.30.17.00	00494
437	09.002	10.302.0028.2.114	3.3.3.90.30.26.00	00494
437	09.002	10.302.0028.2.114	3.3.3.90.30.28.00	00494
437	09.002	10.302.0028.2.114	3.3.3.90.30.30.00	00494
437	09.002	10.302.0028.2.114	3.3.3.90.30.39.99	00494
446	09.002	10.302.0028.2.114	3.3.3.90.39.20.00	00494
503	10.001	8.245.0016.2.144	3.3.3.90.30.17.00	00000
503	10.001	8.245.0016.2.144	3.3.3.90.30.26.00	00000
503	10.001	8.245.0016.2.144	3.3.3.90.30.28.00	00000
503	10.001	8.245.0016.2.144	3.3.3.90.30.30.00	00000
503	10.001	8.245.0016.2.144	3.3.3.90.30.39.99	00000
512	10.001	8.245.0016.2.144	3.3.3.90.39.20.00	00000
517	10.001	8.245.0016.2.144	3.4.4.90.52.06.00	00000
517	10.001	8.245.0016.2.144	3.4.4.90.52.30.00	00000
517	10.001	8.245.0016.2.144	3.4.4.90.52.33.00	00000
517	10.001	8.245.0016.2.144	3.4.4.90.52.35.00	00000
517	10.001	8.245.0016.2.144	3.4.4.90.52.42.00	00000
504	10.001	8.245.0016.2.144	3.3.3.90.30.17.00	00934
504	10.001	8.245.0016.2.144	3.3.3.90.30.26.00	00934
504	10.001	8.245.0016.2.144	3.3.3.90.30.28.00	00934
504	10.001	8.245.0016.2.144	3.3.3.90.30.30.00	00934
504	10.001	8.245.0016.2.144	3.3.3.90.30.39.99	00934
513	10.001	8.245.0016.2.144	3.3.3.90.39.20.00	00934
518	10.001	8.245.0016.2.144	3.4.4.90.52.06.00	00934
518	10.001	8.245.0016.2.144	3.4.4.90.52.30.00	00934
518	10.001	8.245.0016.2.144	3.4.4.90.52.33.00	00934
518	10.001	8.245.0016.2.144	3.4.4.90.52.35.00	00934
518	10.001	8.245.0016.2.144	3.4.4.90.52.42.00	00934



Prefeitura do Município
Santa Isabel do Oeste

CNPJ: 76.205.715/0001-42

Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro CEP: 85650-000
Santa Isabel do Oeste / Paraná - E-mail: prefeitura@sio.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE
SANTA ISABEL DO OESTE

591	10.007	8.243.0016.2.039	3.3.3.90.30.17.00	00000
591	10.007	8.243.0016.2.039	3.3.3.90.30.26.00	00000
591	10.007	8.243.0016.2.039	3.3.3.90.30.28.00	00000
591	10.007	8.243.0016.2.039	3.3.3.90.30.30.00	00000
591	10.007	8.243.0016.2.039	3.3.3.90.30.39.99	00000
594	10.007	8.243.0016.2.039	3.3.3.90.39.20.00	00000
596	10.007	8.243.0016.2.039	3.4.4.90.52.06.00	00000
596	10.007	8.243.0016.2.039	3.4.4.90.52.30.00	00000
596	10.007	8.243.0016.2.039	3.4.4.90.52.33.00	00000
596	10.007	8.243.0016.2.039	3.4.4.90.52.35.00	00000
596	10.007	8.243.0016.2.039	3.4.4.90.52.42.00	00000
604	10.007	8.244.0016.2.511	3.3.3.90.30.17.00	00000
604	10.007	8.244.0016.2.511	3.3.3.90.30.26.00	00000
604	10.007	8.244.0016.2.511	3.3.3.90.30.28.00	00000
604	10.007	8.244.0016.2.511	3.3.3.90.30.30.00	00000
604	10.007	8.244.0016.2.511	3.3.3.90.30.39.99	00000
609	10.007	8.244.0016.2.511	3.3.3.90.39.20.00	00000
611	10.007	8.244.0016.2.511	3.4.4.90.52.06.00	00000
611	10.007	8.244.0016.2.511	3.4.4.90.52.30.00	00000
611	10.007	8.244.0016.2.511	3.4.4.90.52.33.00	00000
611	10.007	8.244.0016.2.511	3.4.4.90.52.35.00	00000
611	10.007	8.244.0016.2.511	3.4.4.90.52.42.00	00000
628	12.001	18.541.0012.2.152	3.3.3.90.30.17.00	00000
628	12.001	18.541.0012.2.152	3.3.3.90.30.26.00	00000
628	12.001	18.541.0012.2.152	3.3.3.90.30.28.00	00000
628	12.001	18.541.0012.2.152	3.3.3.90.30.30.00	00000
628	12.001	18.541.0012.2.152	3.3.3.90.30.39.99	00000
635	12.001	18.541.0012.2.152	3.3.3.90.39.20.00	00000
640	12.001	18.541.0012.2.152	3.4.4.90.52.06.00	00000
640	12.001	18.541.0012.2.152	3.4.4.90.52.30.00	00000
640	12.001	18.541.0012.2.152	3.4.4.90.52.33.00	00000
640	12.001	18.541.0012.2.152	3.4.4.90.52.35.00	00000
640	12.001	18.541.0012.2.152	3.4.4.90.52.42.00	00000
653	13.001	20.606.0005.2.011	3.3.3.90.30.17.00	00000
653	13.001	20.606.0005.2.011	3.3.3.90.30.26.00	00000
653	13.001	20.606.0005.2.011	3.3.3.90.30.28.00	00000
653	13.001	20.606.0005.2.011	3.3.3.90.30.30.00	00000
653	13.001	20.606.0005.2.011	3.3.3.90.30.39.99	00000
659	13.001	20.606.0005.2.011	3.3.3.90.39.20.00	00000
662	13.001	20.606.0005.2.011	3.4.4.90.52.06.00	00000
662	13.001	20.606.0005.2.011	3.4.4.90.52.30.00	00000
662	13.001	20.606.0005.2.011	3.4.4.90.52.33.00	00000
662	13.001	20.606.0005.2.011	3.4.4.90.52.35.00	00000
662	13.001	20.606.0005.2.011	3.4.4.90.52.42.00	00000
674	14.001	13.392.0035.2.512	3.3.3.90.30.17.00	00000
674	14.001	13.392.0035.2.512	3.3.3.90.30.26.00	00000
674	14.001	13.392.0035.2.512	3.3.3.90.30.28.00	00000
674	14.001	13.392.0035.2.512	3.3.3.90.30.30.00	00000
674	14.001	13.392.0035.2.512	3.3.3.90.30.39.99	00000
679	14.001	13.392.0035.2.512	3.3.3.90.39.20.00	00000
681	14.001	13.392.0035.2.512	3.4.4.90.52.06.00	00000
681	14.001	13.392.0035.2.512	3.4.4.90.52.30.00	00000
681	14.001	13.392.0035.2.512	3.4.4.90.52.33.00	00000
681	14.001	13.392.0035.2.512	3.4.4.90.52.35.00	00000



Prefeitura do Município
Santa Izabel do Oeste

CNPJ: 76.205.715/0001-42

Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro CEP: 85650-000
Santa Izabel do Oeste / Paraná - E-mail: prefeitura@sio.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE
SANTA IZABEL DO OESTE

681	14.001	13.392.0035.2.512	3.4.4.90.52.42.00	00000
-----	--------	-------------------	-------------------	-------

Origem dos Recursos Financeiros:

00000 - Recursos Ordinários (Livres)
00103 - Educação/5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
00104 - Educação/25% Sobre Impostos
00303 - Saúde Percentual Vinc. S/a Rec.de Imp.
00377 - Bloco de Custeio SUS - Estadual
00934 - Bloco de financiamento da Proteção Social Básica (SUAS)

37.DISPOSIÇÕES FINAIS

37.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.



ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS FINAL

(uso obrigatório por todas as licitantes)

(papel timbrado da licitante)

A SER APRESENTADA APÓS A DISPUTA E READEQUADA AO ÚLTIMO LANCE

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais e equipamentos de informática, comunicação, bem como fornecimento de equipamentos destinados ao setor de identificação civil, para atender às necessidades de todas as Secretarias Municipais de Santa Izabel do Oeste/PR, pelo período de 12 (doze) meses, com recursos próprios, estaduais e federais.

A empresa, estabelecida na (endereço completo, telefone e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada por, cargo, RG....., CPF....., (endereço), vem, por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital de Pregão Eletrônico nº 90071/2025 em epígrafe, conforme segue:

LOTE I

Item	Qtde.	Und.	Descrição	Marca	R\$ Unit.	R\$ total
1						
2						
...						

Valor Total da Proposta: **(em algarismos)**

Valor Total da Proposta por Extenso:

Condições de Pagamento: Conforme edital.

Validade da Proposta: 120 dias.



Prefeitura do Município
Santa Izabel do Oeste

CNPJ: 76.205.715/0001-42

Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro CEP: 85650-000
Santa Izabel do Oeste / Paraná - E-mail: prefeitura@sio.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE
SANTA IZABEL DO OESTE

Cumpre-nos, ainda informar-lhes, que examinamos os documentos da licitação, inteirando-nos dos mesmos para elaboração da presente proposta e em consonância aos referidos documentos, declaramos:

- a) Que estamos cientes e concordamos com os termos do Edital em epígrafe e das cláusulas da minuta da Ata de Registro de Preços em anexo;
- b) Que nos preços apresentados já estão contemplados todos os impostos e/ou descontos ou vantagens e despesas para a execução dos objetos.

Informações da empresa:

Fone(s):

E-mail(s):

Informações bancárias (banco, agência, conta e PIX):

Local e data.

Carimbo e Assinatura



ANEXO III

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, sob n.º 76.205.715/0001-42, estabelecida à Rua Canela, esquina com a Rua Angico, nº 731, Centro - CEP 85.650-000, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. Jean Pierr Catto, brasileiro, atualmente Administrador Público, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), Pessoa Jurídica de Direito Privado inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 60/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. 90029/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. DO OBJETO

O objeto do presente instrumento é **Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais e equipamentos de informática, bem como fornecimento de equipamentos destinados ao setor de identificação civil, para atender às necessidades de todas as Secretarias Municipais de Santa Izabel do Oeste/PR, pelo período de 12 (doze) meses, com recursos próprios, estaduais e federais.**

1.1 O presente contrato está vinculado ao Pregão Eletrônico nº 900XX/2026, homologado em: 00/00/2026, Portaria nº 00/2026.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade e	Valor Unit.	Valor Total

2.2 O valor total da contratação é de R\$ (.....).



2.3 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.4 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

2.5 Durante a vigência desta ata, os preços serão fixos e irrevogáveis, assegurado o direito ao equilíbrio econômico-financeiro, nos casos e condições previstos no respectivo edital.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

3.1 O órgão gerenciador será o Município de Santa Izabel do Oeste.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta.

4.2 Vedação a acréscimo de quantitativos:

4.2.1 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VIGÊNCIA, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente a data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.01 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.02 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.



5.2.01 O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4 Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços.

5.4.01 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela.

5.4.02 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.02.01 Aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.02.02 Mantiverem sua proposta original.

5.4.03 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5 O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.01 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.02 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.01 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.



5.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.01 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.02 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6 ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

6.1.01 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.02 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.03 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.03.01 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.03.02 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.



7 NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.01 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.02 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.03 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.04 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.01 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.02 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.03 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.04 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.05 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.01, o



órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.06 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.01 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.02 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.03 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.04 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.04.01 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.01 Por razão de interesse público;

8.4.02 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.03 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9 DAS PENALIDADES



9.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e na lei.

9.1.01 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

9.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10 PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

10.1 O objeto do presente Termo de Referência será recebido em remessa parcelada pelas Secretarias Municipais, com prazo não superior a 15 (quinze) dias úteis após recebimento da nota de empenho.

10.2 Os bens deverão ser entregues na sede do órgão, no endereço: Rua Canela, esquina com Rua Angico, 731, Centro, no horário das 07h30 às 11h30 e/ou das 13h00 às 17h00, sendo o frete, carga e descarga por conta do fornecedor até o local indicado.

10.3 **A critério de cada secretaria, poderão ser solicitadas entregas de alimentos em dias não úteis (finais de semana, feriados, recessos, entre outros), em virtudes de eventos promovidos pela Administração Municipal, inclusive em períodos noturnos, cujos produtos deverão estar frescos, feitos no dia, e em temperatura adequada para o consumo.**

10.4 Manutenção e assistência técnica:

10.4.01 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

10.5 **O não cumprimento do disposto nos itens anteriores acarretará a anulação do empenho, bem como a convocação do fornecedor subsequente, considerando a ordem de classificação do certame. Ainda, o descumprimento dos prazos previstos acima ensejará na aplicação das penalidades previstas no edital, no termo de referência, no contrato e na lei de licitações, ficando todos os contratados desde já CIENTES E NOTIFICADAS da impossibilidade do descumprimento do prazo por se tratar de produtos de exclusivo uso para atendimento de finalidades administrativas.**

10.6 A administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com os termos do Edital e seus anexos.

11 DO PAGAMENTO



11.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

11.2 A forma de pagamento será realizada por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.3 Caso ocorra, a qualquer tempo, a não aceitação de qualquer mercadoria, o prazo de pagamento será descontinuado e reiniciado após a correção pela CONTRATADA. Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, o decurso de prazo para pagamento será interrompido, reiniciando a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

11.4 A empresa contratada deverá emitir o documento comprobatório do fornecimento das mercadorias, sendo acompanhado de boleto bancário com vencimento na data estabelecida no contrato. Em caso de a empresa fazer a opção por pagamento através de transferência bancária (transferência/TED/DOC/PIX), esta responsabiliza-se pelo pagamento de todas as tarifas bancárias, autorizando ao ente público efetuar o desconto da tarifa junto ao valor a ser creditado.

12 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1 A emissão da Nota fiscal/fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou termo de referência:

12.2 Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

12.3 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a nota fiscal ou fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

12.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

12.4.01 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.4.02 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.



Prefeitura do Município
Santa Izabel do Oeste

CNPJ: 76.205.715/0001-42

Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro CEP: 85650-000
Santa Izabel do Oeste / Paraná - E-mail: prefeitura@sio.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE
SANTA IZABEL DO OESTE

12.4.03 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

12.4.04 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.4.05 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

12.4.06 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

13 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

13.1 Receber provisoriamente os bens, materiais, disponibilizando local, data e horário;

13.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens, materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

13.3 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

13.4 Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

13.5 Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos.

13.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados a execução do objeto do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados prepostos ou subordinados.

13.7 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

14 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 Efetuar a entrega dos bens, materiais em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

14.2 Acompanhar os bens, materiais, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

14.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);



14.4 A critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, o produto com avarias ou defeitos;

14.5 Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

14.6 Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

14.7 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.8 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

14.9 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

14.10 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

14.11 Na vigência do contrato, no caso de descontinuidade da fabricação dos equipamentos ou produtos objeto da licitação, o contratado se obriga a fornecer o produto que vier substituí-lo, mantidas as condições técnicas e comerciais ofertada, inclusive com referência ao preço, sendo necessário, para tanto, a devida comprovação por parte da contratada da descontinuidade da fabricação, bem como, o parecer jurídico do setor da Administração que utilizara o produto descrevendo a aceitação do produto ofertado, bem como, comprovando, mediante documentos cabíveis, que o valor do produto ofertado é igual ou superior ao produto anteriormente ofertado.

14.12 A substituição pauta-se na economicidade, na não descontinuidade do serviço público e na impossibilidade prática do fornecimento contratado.

14.13 A empresa contratada deverá emitir o documento comprobatório do fornecimento das mercadorias, sendo acompanhado de boleto bancário com vencimento na data estabelecida no contrato. Em caso de a empresa fazer a opção por pagamento através de transferência bancária (transferência/TED/DOC/PIX), esta responsabiliza-se pelo pagamento de todas as tarifas bancárias, autorizando ao ente público efetuar o desconto da tarifa junto ao valor a ser creditado.

15 DA FISCALIZAÇÃO

15.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

15.1.01 **Os fiscais técnicos do contrato, nomeados pela Portaria 14.656/2023**, acompanharão a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);



Prefeitura do Município
Santa Izabel do Oeste

CNPJ: 76.205.715/0001-42

Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro CEP: 85650-000
Santa Izabel do Oeste / Paraná - E-mail: prefeitura@sio.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE
SANTA IZABEL DO OESTE

15.1.02 O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

15.1.03 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

15.1.04 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

15.1.05 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

15.1.06 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

15.1.07 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022);

15.1.08 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV);

15.1.09 **Os gestores do contrato, nomeados pela Portaria 14.657/2023**, coordenarão a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV);

15.1.10 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III);

15.1.11 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II);

15.1.12 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII);



15.1.13 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X);

15.1.14 O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII);

15.1.15 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

16 INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Multa**:
 - (1) Moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 05 (cinco) dias;
 - (2) Compensatória de 10% (dez por cento), sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total do contrato.
- iii) O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- iv) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));



v) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.7 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.9 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.10 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

16.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus



Prefeitura do Município
Santa Izabel do Oeste

CNPJ: 76.205.715/0001-42

Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro CEP: 85650-000
Santa Izabel do Oeste / Paraná - E-mail: prefeitura@sio.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE
SANTA IZABEL DO OESTE

administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

16.14 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

16.15 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

17 DOS CASOS OMISSOS

17.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

18 PUBLICAÇÃO

18.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

19 DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

19.1 As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se



Prefeitura do Município
Santa Izabel do Oeste

CNPJ: 76.205.715/0001-42

Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro CEP: 85650-000
Santa Izabel do Oeste / Paraná - E-mail: prefeitura@sio.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE
SANTA IZABEL DO OESTE

comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

20 FORO

20.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Realeza para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Santa Izabel do Oeste, de de 2026.

REPRESENTANTE LEGAL

CONTRATANTE

REPRESENTANTE LEGAL

CONTRATADA

TESTEMUNHA 1

TESTEMUNHA 2

FISCAL DE CONTRATO



Prefeitura do Município
Santa Izabel do Oeste

CNPJ: 76.205.715/0001-42

Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro CEP: 85650-000
Santa Izabel do Oeste / Paraná - E-mail: prefeitura@sio.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE
SANTA IZABEL DO OESTE

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 60/2026

MODALIDADE: Pregão na forma Eletrônica nº 90029/2026

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais e equipamentos de informática, comunicação, bem como fornecimento de equipamentos destinados ao setor de identificação civil, para atender às necessidades de todas as Secretarias Municipais de Santa Izabel do Oeste/PR, pelo período de 12 (doze) meses, com Recursos Próprios, Estaduais e Federais.

ABERTURA DAS PROPOSTAS E RECEBIMENTO DOS LANCES: a partir das 08:30h do dia 18 de junho de 2026.